

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf libera concessionária de veículos de pagar PIS e Cofins ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Despesas da Previdência podem estar subestimadas em R\$ 20 bi ..... 5

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após TCU apontar receitas 'superestimadas', Tebet diz que checou previsões e considerou Orçamento 'plausível' ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
SEGURIDADE SOCIAL

"Desenrola" para empresas é prioridade deste ano, diz Márdio França ..... 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

IR pode ter novo teto ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Vamos atuar mais no mercado externo" ..... 13

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Votação da reoneração ainda sem definição ..... 17

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma dobra tributação do saneamento, e conta de água vai subir (Reforma tributária) ..... 18

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer emplacar agenda de reforma focada no mercado financeiro e em juros ..... 20

PORTAL UOL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto menor para rico ou Bolsa Família? ..... 22

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos perdem R\$956 milhões ..... 25

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos de pensão desvalorizam ..... 26

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

Até quando recebo pensão por morte? - NO O DIA RECLAMAR ADIANTA ..... 28

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba quem deve pedir a revisão do benefício do INSS em 2024 (Previdência) ..... 29

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria por invalidez: quem tem direito, quanto ganha e como solicitar o benefício ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Afastamentos por transtornos de saúde mental sobem 38%..... 34

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Doenças mentais afetam o desempenho do trabalhador..... 36

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3..... 38

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Ministra afirma que reforma administrativa "punitiva"..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com indústria estagnada no mundo, Brasil sobe no ranking..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado mantém visão otimista com o real..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fundo exclusivo muda foco após "come-cotas"..... 45

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Golpistas miram MEIs e pequenas empresas..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

"Ações brasileiras serão destaque global em 2024"..... 51

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Nova política industrial deve ser lançada hoje..... 53

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Frente crítica nova política industrial..... 55

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
ECONOMIA

Jovens 'nem nem' afetam o volume do PIB nacional..... 56

# Carf libera concessionária de veículos de pagar PIS e Cofins

**Beatriz Olivon De Brasília**

Concessionárias de veículos conseguiram, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, um primeiro precedente contra a tributação de valores devolvidos por montadoras - uma prática comum no mercado, chamada de "hold back". A decisão, da 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção, permite ao contribuinte levar a questão à Câmara Superior, a última instância do órgão.

Ao adquirir veículos de uma montadora para revenda, as concessionárias costumam pagar um adicional, que vai de 1% a 1,5% do preço desses automóveis, para um fundo de aplicação administrado pela fabricante. Esse fundo serviria para garantir uma margem de negociação das concessionárias com os clientes finais. Depois, esse valor é devolvido, com juros, em um intervalo determinado conforme a política de cada fabricante. É sobre essas devoluções que a Receita cobra PIS e Cofins.

O órgão considera que o valor restituído a título de "hold back" seria uma espécie de bonificação - que é considerada receita e, portanto, tributável. Para as concessionárias, porém, não haveria novo ingresso de valor, mas sim uma devolução de quantia paga anteriormente.

O tema foi julgado em autuação fiscal recebida pela lesa Veículos, que revende carros da marca Renault no Rio Grande do Sul.

Além da prática do "hold back", os conselheiros discutiram a tributação de descontos sobre veículos dados para abatimento de despesas compartilhadas (processo nº 11080.730216/2016-42).

Por unanimidade, os conselheiros afastaram a natureza de receita de reembolsos relativos a despesas com publicidade, emplacamento e treinamento, entre outros. No caso do "hold back", a tributação foi derrubada por maioria de votos - com placar de seis a dois.

Prevaleceu o voto do relator, conselheiro Jorge Luís Cabral. Para ele, o desconto dado sobre os veículos, relativo a essas despesas, não pode ser tratado como bônus de desempenho ou de produtividade. Seria apenas parcela redutora do custo da mercadoria

vendida - o mesmo entendimento foi aplicado ao "hold back".

A lesa, acrescentou, assume os riscos comerciais e operacionais ao adquirir a propriedade dos veículos negociados, diferentemente do que acontece no penhor mercantil. Nessa modalidade, as operações são sempre de vendas diretas da fábrica para os clientes finais.

Em seu voto, ele levou em consideração ainda que a concessionária se enquadra no regime monofásico - a apuração de PIS e Cofins se concentra em um único contribuinte, em geral no início da cadeia. "Não pode haver repercussão tributária na recomposição de custos de mercadorias vendidas, no caso de monofasia, para o mercado de veículos automotores", afirmou o relator.

Cabral citou, no voto, que a Receita motiva a autuação pelo simples fato de que reembolsos não constam da lista excludente da legislação de PIS e Cofins. Mas, para o conselheiro, não cabe atribuir o conceito de receita pela sua ausência de uma operação específica. O ingresso analisado, acrescentou, precisa enquadrar-se no conceito de receita, conforme as Leis nº 10.637, de 2002 e nº 10.833, de 2003.

No **Carf**, essa é a primeira decisão favorável aos contribuintes sobre "hold back", segundo Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados. O precedente possibilitará que o assunto chegue à Câmara Superior, o que poderá alterar o entendimento das demais turmas do órgão. "A decisão considera a realidade da operação entre montadoras e concessionários, onde a prática da recuperação de custo é essencial à viabilidade do negócio", afirma.

O que sensibilizou os julgadores no **Carf**, diz o advogado, foi que há retenção de um valor que será devolvido e creditado à concessionária. "Existem decisões desfavoráveis em que acabam confundindo essa figura com a da bonificação em mercadorias. Acabam se apegando ao nome bônus e ignorando se há característica de bônus", afirma.

O advogado reconhece que a sistemática de "hold back" tem alguma similaridade com a figura da bonificação do varejo. "Mas não seria a mesma coisa", diz.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), as duas turmas que julgam o tema estão divididas sobre a tributação de bonificações. Recentemente, a 2ª Turma entendeu que incide PIS e Cofins sobre bonificações e descontos obtidos pelo varejo na aquisição de mercadorias (REsp 2090134), divergindo de posicionamento da 1ª Turma (REsp 1836082).

Na segunda instância, a tributação de "hold back" também divide os julgadores. Há precedente favorável aos contribuintes na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região (processo nº 0807864-63.2019.4.05.8100) e desfavorável na 3ª Turma da mesma Corte (processo nº 0819381-02.2018.4.05.8100) e no TRF da 4ª Região (processo nº 5014845-14.2012.404.7200).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considera que os valores retidos pelas montadoras, a título de "hold back", na verdade representam uma parte da margem de lucro das concessionárias. "Quando as montadoras remuneram as concessionárias com as verbas denominadas hold back, esses recursos constituem receitas para as concessionárias, que irão integrar o seu resultado e devem compor a base de cálculo do PIS e da Cofins", afirma o órgão em nota ao Valor.

A PGFN acrescenta que, no **Carf**, a maioria dos precedentes indica a possibilidade de tributação, por meio do PIS e da Cofins, das receitas decorrentes das operações de "hold back".

"Não pode haver repercussão tributária na recomposição de custos" Jorge Luís Cabral

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769>

# Despesas da Previdência podem estar subestimadas em R\$ 20 bi

**Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta**

O Congresso Nacional reduziu ainda mais a despesa prevista para benefícios previdenciários ao aprovar o Orçamento deste ano, rubrica que já era apontada como subestimada na proposta orçamentária enviada pelo governo ao Parlamento.

Especialistas em contas públicas calculam que a despesa pode estar subestimada em até R\$ 20 bilhões, segundo cálculos preliminares. O tema, apurou o Valor, tem preocupado técnicos da equipe econômica, porque deve acabar refletindo num contingenciamento maior.

O governo enviou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) em agosto do ano passado prevendo uma despesa com benefícios previdenciários de R\$ 913,940 bilhões, valor que já poderia estar subestimado em torno de R\$ 16 bilhões, segundo cálculo do economista Marcos Mendes. Ao analisar e aprovar o Orçamento, os parlamentares reduziram a despesa prevista em mais R\$ 5,271 bilhões, deixando em R\$ 908,669 bilhões, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O economista especialista em previdência Rogério Nagamine Constanzi afirma que o valor está muito subestimado. "Seria um crescimento da despesa em torno de 4%, para um reajuste dos benefícios acima do salário mínimo de 3,7% e do salário mínimo em torno de 7%", explica. "Fora o crescimento do estoque de benefícios [devido às ações de redução da fila do **INSS**]", completou.

Ele calcula que a despesa com os benefícios previdenciários deve ficar acima de R\$ 920 bilhões neste ano, podendo chegar ao patamar de R\$ 930 bilhões. Os benefícios do **INSS** acima do salário mínimo foram reajustados em 3,71%, seguindo a **inflação** medida pelo INPC, e os segurados que recebem o piso tiveram reajuste igual ao do salário mínimo, de 6,97%. Atualmente, 25,9 milhões de pessoas recebem até um salário mínimo e 13,4 milhões acima do piso nacional.

A redução de R\$ 5,271 bilhões tem preocupado técnicos da equipe econômica. Isso porque os gastos com aposentadoria e pensão precisarão ser recompostos ao longo do ano, caso realmente seja

constatado que o valor reservado no Orçamento não será suficiente para pagar todos os benefícios. Com isso, montante igual terá de ser cortado das despesas discricionárias, ou seja, de investimento e custeio da máquina pública, tema que já vem sendo tratado pelo governo com cuidado, devido ao desejo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de preservar gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Marcos Mendes explica que a recomposição das despesas com Previdência pode ser feita ao longo do ano, não necessariamente no primeiro relatório de avaliação do Orçamento, que será apresentado dia 22 de março. Ele lembra que esse foi o expediente adotado em 2023. "Eles podem ir adiando, como de fato adiaram várias despesas ao longo de 2023 e só no último relatório bimestral [em novembro] reconheceram que as receitas estavam superestimadas, e as despesas, subestimadas", afirma Mendes. O relatório é bimestral a partir de março.

Em março de 2023, o governo projetava para o ano passado uma despesa de R\$ 858,8 bilhões com benefícios previdenciários e, em novembro, teve que aumentar o valor para R\$ 871,8 bilhões, uma diferença de R\$ 13 bilhões. O total gasto no ano passado será divulgado pelo Tesouro Nacional no fim deste mês.

Mendes também lembra que a prática de subestimar despesas com Previdência já foi feita em anos anteriores. "Essa não é uma prática estranha. Durante o governo Jair Bolsonaro, em um dos anos, houve corte de despesa da Previdência para liberar recursos para emendas. Os parlamentares fazem isso [na aprovação do Orçamento] porque sabem que é uma despesa obrigatória e que o governo vai ter que suplementar depois", explica o economista associado do Insper.

O governo também previu no Orçamento deste ano uma economia de R\$ 12,5 bilhões com ações de combate à fraude e melhor gestão que estão sendo lideradas pelo **INSS**, número revelado pelo Valor. O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que, de acordo com as informações fornecidas pelo governo, não é possível afirmar que a economia esperada é viável e factível.

O Executivo também deixou de considerar na proposta orçamentária deste ano possível impacto das ações

que estão sendo feitas para reduzir a fila do **INSS**, o que, por consequência, tem aumentando o número de segurados.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769?page=1&section=1)**

# Após TCU apontar receitas 'superestimadas', Tebet diz que checkou previsões e considerou Orçamento 'plausível'

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (18) que o Ministério do Planejamento checkou, em julho de 2023, a estimativa de receitas para 2024 projetadas pelo Ministério da Fazenda para a proposta de Orçamento deste ano e a considerou "plausível".

Tebet deu a declaração após ser questionada por jornalistas sobre relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou a existência de receitas "superestimadas" e possibilidade de um rombo de R\$ 55 bilhões neste ano - na contramão da meta do governo de zerar o déficit primário nas contas públicas.

O déficit primário acontece quando a arrecadação com **tributos** fica abaixo dos gastos do governo (sem considerar o pagamento de juros da dívida pública). As receitas, portanto, são essenciais para o cumprimento da meta fiscal.

"No que se refere àquilo que foi apresentado até o dia 31 de julho para nós, e que consta no Orçamento, o Ministério do Planejamento e Orçamento checkou uma a uma as receitas apresentadas pela Fazenda e vimos que era plausível. Portanto, colocamos no orçamento", declarou Tebet.

Em entrevista, a ministra afirmou que mudanças aprovadas pelo Congresso em 2023 puxaram para baixo a estimativa de arrecadação, e que o governo fará um levantamento das medidas.

"Toda vez que o Congresso faz alteração, ele mexe nesta balança, tanto que ele mexe pra mais ou para menos. No caso, mexeu para menos no que se refere à arrecadação", afirmou.

Tebet declarou ainda que o governo pode vetar até o dia 22 de janeiro trechos aprovados pelo Congresso no Orçamento deste ano.

"[Vamos] saber do crescimento do país, do crescimento da receita e fazer, ainda não fechamos para balanço, estamos discutindo e analisando vetos, temos prazo até 22 de janeiro pra encaminhar possível veto à Lei Orçamentária Anual", disse.

Já o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o relatório do TCU será analisado, mas que os integrantes da equipe econômica estão "confiantes" pois acreditam que o Orçamento de 2024, aprovado pelo Congresso, "está fechado com equilíbrio de receitas e despesas".

"É preciso preservar as grandes decisões do ano passado no Congresso, que se refletiram em uma peça orçamentária equilibrada.

Esse ano a gente vai executar esse plano de ação feito pelo Congresso perseguindo o cumprimento do orçamento, que permite um equilíbrio entre receitas e despesas", declarou o número 2 da Fazenda.

Especialistas e agentes do mercado financeiro têm considerada "ousada" a meta do governo de zerar o déficit fiscal em 2024. E recomendam corte de gastos para que objetivo seja atingido.

**Site:** <https://agazetadoamapa.com.br/edicoes-digitais>

# "Desenrola" para empresas é prioridade deste ano, diz Márcio França

**Carina Brito e Juliana Ventura**

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), Márcio França (PSB), tem como prioridade a criação do Desenrola PJ, uma versão para empresas do programa de renegociação de dívidas implementado pelo Ministério da Fazenda no ano passado, e do Cartão MEI, um documento de identificação para microempreendedores individuais.

A expectativa é disponibilizar as duas iniciativas ainda no primeiro semestre de 2024. Anunciado em setembro de 2023, o MEMP foi efetivamente criada por lei publicada em 17 de janeiro, com sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

França espera também aprovar, via Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, uma resolução que estende o prazo de regularização de empresas no Simples Nacional do fim de janeiro para maio. Segundo ele, o Ministério da Fazenda já estuda como colocar isso em prática.

Em entrevista a "Pequenas Empresas Grandes Negócios", ele falou de suas expectativas à frente da pasta e as principais ideias para fomentar o ecossistema empreendedor, que incluem ainda abertura de capital para negócios e mudança no sistema de multas para o MEI que estoura o teto do faturamento. Veja os principais trechos:

O que o empreendedor pode esperar da atuação do MEMP?

**Márcio França:** O ministério é para os empreendedores. Sinto que eles se sentem meio deixados de lado por todos os governos porque veem que os grandes empresários conseguem leis e regras novas, vantagens secundárias. Os agricultores e pecuaristas também conseguem. E eles, que são grandes geradores de mão de obra, não.

Qual é o orçamento do ministério?

**França:** Cerca de R\$ 200 milhões. Esse foi o previsto durante a criação do MEMP em 2023 e no qual não tivemos tempo de mexer. Mas minha experiência de muitos anos na vida pública me dá certeza de que, quando existe tomada de decisão política, o dinheiro

aparece. Especialmente porque trabalhamos com recursos como o controle do fundo do Pronampe [Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte]. É um Fundo de Garantia de Operações de cerca de R\$ 50 bilhões. O presidente Lula também passou ao MEMP o controle orçamentário do Sebrae e de todas as entidades do sistema S. Indiretamente, é um recurso que deve ajudar.

Como o MEMP pretende cooperar com o Sebrae?

**França:** Estamos destrinchando os principais pontos do orçamento do Sebrae. É uma marca bem aceita e respeitada. O Décio [Lima, presidente do Sebrae Nacional] é um político experiente e meu amigo de muitos anos, e a diretoria é composta por pessoas muito competentes, mas sempre dá para melhorar. Pode chegar a mais pessoas, eliminando as bolhas que existem. O ministério está aqui para pensar em alternativas, de preferência ajudando para que o orçamento do governo cubra eventuais gastos que o Sebrae tenha para dar consultoria. Um empreendedor da periferia não terá dinheiro para uma consultoria paga, e ele precisa dessa ajuda. Quando fui secretário de Estado em São Paulo, encontramos fórmulas digitais para fazer isso, com aulas remotas, por exemplo.

Em que estágio está o Desenrola PJ? Existe uma perspectiva de quando entrará em vigor?

**França:** O primeiro passo é aumentar o prazo de renegociação do Simples Nacional para abril ou maio. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e seus auxiliares estão estudando como fazer isso. Minha meta é tirar o Desenrola do papel neste trimestre. O orçamento sairá do mesmo FGO que cobriu o Desenrola para pessoas físicas. Há atualmente R\$ 7 milhões que não foram usados, já que a maioria das pessoas que aderiu ao programa conseguiu quitar as dívidas de uma vez.

Em termos práticos, o adiamento do prazo de adesão e renegociação do Simples não precisa de lei. É possível aprovar com uma resolução no Conselho. Se nós estivermos de acordo, tenho certeza de que os Estados e municípios que fazem parte também concordarão. Para o Desenrola, provavelmente será uma medida provisória, que depois será convertida em

lei. Como o Brasil já se acostumou com o Desenrola para pessoas físicas, não teremos dificuldade para aprovar com os parlamentares.

Quais dívidas serão contempladas pelo Desenrola?

França: As dívidas com o governo e que estiverem vinculadas a empréstimos com o governo. No sistema bancário privado, não temos competência. Precisamos ajudar quem tomou empréstimos do Pronampe. São pessoas que pegaram dinheiro com juros de 4%, que de repente se tornaram, com o aumento da Selic, 18% ou 19%. Temos que destravar isso. Não há vantagem em descredenciamento do Simples ou que a pessoa fique endividada ou vá para a informalidade.

Como o MEMP pretende atuar na discussão do aumento do limite do faturamento do MEI?

França: Existe uma pressão para o aumento do teto. A Fazenda, por sua vez, diz que aumentar esse teto cria mais isenções do ponto de vista tributário e previdenciário. Minha sugestão é aproveitar que a **reforma tributária** foi aprovada e que haverá mudanças importantes para empresas do Simples e criar uma rampa de transição.

Atualmente, se você é MEI e faturou R\$ 86 mil, é excluído porque faturou R\$ 5 mil a mais do que o teto. Faria mais sentido criar um formato de rampa, em que os R\$ 81 mil seriam pagos no modelo tributário do MEI, e o excedente cobrado em outro formato. Neste caso, o empreendedor continuaria enquadrado como MEL. Isso tiraria do empresário a pressão de precisar faturar menos para não explodir o faturamento.

Há pessoas que, no fim do ano, fecham suas portas para não ultrapassar o limite. Não faz sentido o governo instigar esse tipo de reação. Precisamos ser uma porta de soluções. Outros se dividem em dois ou três Simples. Se fizer a conta direito, muitas vezes a pessoa é tributada em valor maior do que se estivesse no lucro presumido. Ter vários Simples significa pagar vários contabilistas e outros gastos.

Essa rampa eliminaria o sistema de multas atual, criando um escalonamento de tributações?

França: A pessoa não seria desenquadrada do MEI e não teria a sensação de que está fazendo algo errado. O empreendedor lida com sazonalidades. Ele pode ultrapassar o limite em um ano, mas isso não acontecerá sempre. Se eu tiver o conforto da rampa, posso usá-la em um momento necessário. Não é algo simples, mas podemos ter fases. Neste momento, você mantém como está e aplica a rampagem apenas no faturamento excedente. Com o tempo, passa-se à arrecadação proporcional ao faturamento, que tem

mais lógica.

Existe a ideia de também escalonar a cobrança mensal do DAS com base no faturamento? Hoje, o valor é indexado ao salário mínimo, por causa da contribuição com o **INSS**. Uma cobrança com valores proporcionais às receitas afetaria a aposentadoria do MEI?

França: Sim. Essa é a sugestão e o que seria correto. Se quero recolher mais, por que ficar com a contribuição fixa? Além disso, pelo cálculo atuarial, os R\$ 70 [imposto fixo do MEI] não cobrem um salário mínimo. O cálculo original foi feito apenas para atrair a pessoa.

Como vai funcionar o Cartão MEI e qual é a previsão de implementação?

França: Será um cartão de identificação para MEIs e autônomos. Os artesãos já possuem um cartão do tipo, mas queremos modernizá-los para uma versão com chip. Também haveria um portal e um aplicativo, no qual o MEI teria um rating, ou seja, um sistema de avaliação para facilitar empréstimos, alimentado por consumidores e contabilistas. Os bancos utilizam seus próprios ratings, mas certamente há um peso em saber que o governo considera aquele um bom empreendedor, mesmo que ele não tenha uma garantia real.

A ideia é que seja possível tomar empréstimos dentro desse ambiente. O presidente Lula quer que identifiquemos as pessoas para que consigam os empréstimos iguais aos do Pronaf. Ou seja, um empréstimo com 4% de juros, sem Selic. Passa a ser um empréstimo subsidiado, e isso exigirá dos empreendedores alguns requisitos, como a realização de capacitações.

Com relação à implementação, queremos lançar uma versão virtual no primeiro semestre. No segundo semestre, ele poderá ser entregue em versão física. O portal será implantado gradualmente. Já temos o gov.br, que é bem robusto, mas vamos agregar. Eventualmente vamos contar com a ajuda dos prefeitos e governadores.

Outra proposta que já fiz a Haddad e Lula é, no longo prazo, existir a possibilidade de fazer abertura de capital de pequenos negócios. É uma mudança que ninguém acha possível, mas é. Uma ideia é permitir que o trabalhador use parte do FGTS para investir nessas pequenas empresas, que vão gerar novos empregos e alimentar o fundo.

Essa ideia será direcionada a empresas de base tecnológica, as star-tups? A conversa incluirá outras

pastas?

França: Basicamente, a pasta inicial para tudo é o Ministério da Fazenda. Se abrirmos o mercado de capital para pequenas empresas, teremos que criar um estímulo. Um bom exemplo recente e que pode ser replicado é a emissão de debêntures em obras de infraestrutura do governo. O dinheiro poderia financiar esses pequenos negócios. De qualquer forma, para que isso aconteça, a empresa precisa estar disposta a entrar em uma linha de seriedade contábil e que terá auditoria de bolsa de valores.

O que o senhor entende como maior desafio para os empreendedores no Brasil atualmente?

França: Eu diria que é crédito. As pessoas tiveram muita dificuldade durante a pandemia. Todo mundo foi orientado a pegar o dinheiro que estava disponível pelo Pronampe. Então, a Selic aumentou muito em meses. As pessoas ficaram desanimadas por não conseguirem pagar a prestação do empréstimo. Não pagam o imposto, o IPTU, atrasam o aluguel, demitem os funcionários e param de recolher o FGTS. Os empreendedores entraram em um ciclo negativo do qual só será possível sair com a ajuda de uma mão, que tem que ser dada pelo governo.

Pequenos empreendedores normalmente têm dificuldade de acessar crédito em bancos privados devido à falta de garantias. O governo pretende dialogar com as instituições financeiras nesse aspecto?

França: Temos conversado a respeito disso no Conselho, que tem um setor específico para tratar desse tema. O governo pode dar algum instrumento para que o banco se sinta seguro, como o fundo garantidor. Evidentemente não podemos emprestar dinheiro público sem lastro. É importante ter algumas retaguardas. Mas o banco tem de dar um voto de confiança para quem faz a economia girar, que é o pequeno empreendedor.

O empreendedor tem uma série de desafios e pede soluções, inclusive do governo. Como o ministério espera chegara essas pessoas?

França: Inicialmente com esse movimento, para mostrar que é possível criar soluções para problemas que eles pensavam que não tinham. Quando se pensa em poder público, a impressão é que é tudo demorado. Mas nem sempre é. Se houver experiência política e Jurídica, é possível desenrolar as coisas. Daqui para a frente, este será o mandato do presidente Lula dedicado aos empreendedores. Assim como o primeiro mandato foi dedicado aos excluídos e o segundo aos trabalhadores formais. Quando ele cria

um ministério especial para esse assunto, e coloca à frente alguém com experiência de ter sido governador de São Paulo, sabe que vamos chacoalhar essa roseira para que os empreendedores se sintam representados.

"Outra proposta, que já fiz a Haddad e Lula, é a possibilidade de fazer abertura de capital de pequenos negócios"

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769?page=1&section=1>**

# IR pode ter novo teto

A área econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva estuda criar um teto para o desconto de despesas médicas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a exemplo da regra existente atualmente para gastos com educação.

O tema é sensível politicamente, mas técnicos do governo têm a avaliação de que a falta de um limite acaba privilegiando contribuintes com renda mais alta.

Além disso, o abatimento tem sido fonte de abusos e um ralo para a arrecadação pública.

Um exemplo conhecido dessas distorções, que há muitos anos as diferentes administrações tentam conter, é o desconto de despesas com botox (substância usada em procedimentos estéticos) - em muitos casos declarado como um gasto voltado ao tratamento de doenças dermatológicas.

A legislação brasileira permite que despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, exames laboratoriais, hospitais, clínicas e planos de saúde sejam abatidas integralmente da base de cálculo do IR a ser pago, independentemente do valor.

O valor da renúncia ligada à dedução das despesas médicas no IRPF foi crescente na última década, passando de R\$ 11,8 bilhões, em 2010, para R\$ 18,3 bilhões, em 2020 (em valores de 2020).

Em 2022, o montante total de gastos com saúde deduzido pelos contribuintes chegou a R\$ 128 bilhões.

Ao não cobrar imposto sobre esses valores, a Receita teve uma perda de arrecadação de R\$ 17 bilhões, segundo dados do órgão.

Um relatório anterior do governo mostrou que apenas 0,8% das deduções médicas são usadas pelos 50% mais pobres da população, enquanto 88% contemplam os 20% com maior renda.

Revisão de políticas As discussões sobre o IR fazem parte de uma força-tarefa para identificar políticas públicas que possam ser reformuladas ou até mesmo revistas para abrir espaço no Orçamento nos próximos anos. A viabilidade técnica e política dessas iniciativas será alvo de discussão na Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão.

O grupo vai analisar uma lista de políticas que poderão ser modificadas, debater quais são viáveis e dar sinal verde para o Executivo buscar as mudanças necessárias.

O objetivo dessa estratégia é obter respaldo político dentro do próprio governo para bancar as alterações, muitas delas impopulares.

Além disso, o governo quer usar o fórum da JEO para instituir uma espécie de incentivo aos órgãos para ampliar a eficiência de suas políticas. Uma ideia preliminar é preservar de eventuais contingenciamentos aqueles ministérios mais empenhados na revisão, que também poderiam ganhar prioridade nas solicitações de recursos decididas pela junta de ministros.

Em janeiro de 2023, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu um pente-fino nas deduções do Imposto de Renda. "A primeira providência é fazer um pente-fino em abuso. Toda vez que não tem teto, limite de dedução, se identifica abuso", disse à época, em entrevista ao portal Brasil 247.

O tema, porém, é sensível e deve acirrar os debates dentro do governo.

O diagnóstico dos técnicos é que o governo precisa de fato enfrentar a agenda de revisão de gastos que tenham dimensão relevante.

Em 2021, o Executivo publicou o relatório da avaliação feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap) das deduções médicas no IRPF. A conclusão, que é usada pelo governo nas discussões, é que esse benefício tributário teria de passar por um redesenho por causa dos efeitos distributivos regressivos.

Ou seja, quem tem uma renda maior acaba sendo mais beneficiado pelas deduções.

O relatório projetou um crescimento real (acima da **inflação**) das deduções de 65% até 2030, principalmente em decorrência do envelhecimento da população brasileira.

O benefício de dedução de despesas médicas do IRPF é disciplinado pelo artigo 8º da Lei 9.250/95.

Para alterá-lo, portanto, é necessário obter aval do

Congresso.

As discussões são feitas enquanto o governo precisa preparar uma proposta de reformulação na tributação da renda

**Site:**

***<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>***

# "Vamos atuar mais no mercado externo"

» EDLA LULA » ROSANA HESSEL

» Entrevista | ROGÉRIO CERON | SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL

Provar o compromisso com a responsabilidade fiscal é uma tarefa constante de quem cuida da chave do cofre da União em um governo petista. Claramente adepto de uma visão desenvolvimentista, com forte presença do Estado como indutor da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) faz a sua equipe se desdobrar para colocar nas planilhas todas as suas políticas públicas e, paralelamente, sinalizar ao mercado que as contas estão sob controle.

Embora a missão tenha sido cumprida com êxito em 2023, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, não chega a dizer que respira aliviado. Para ele, as metas fiscais precisam ser agressivas para que o mercado confie no compromisso com o equilíbrio das contas públicas e ele não fique apenas "esquentando a cadeira". Ao fazer um balanço positivo sobre 2023, o técnico comemora as vitórias alcançadas com a pauta econômica junto ao Congresso, como a aprovação do novo arcabouço fiscal e de várias matérias arrecadatórias.

Em entrevista ao Correio, coloca a "retomada do diálogo" como grande marca do ano que passou, minimiza riscos em relação ao novo marco fiscal e diz que o nível do debate é outro.

Para 2024, mesmo diante de projeções que falam de um saldo negativo bem distante da meta de deficit primário zero, ele acredita que conta com a confiança do mercado e da sociedade de que a economia está nos trilhos e não corre riscos. "O país entrou numa rota sustentável do ponto de vista fiscal.

Acho muito difícil alguém discordar", diz Ceron, para quem a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (**PIB**) tende a se estabilizar em um horizonte próximo, entre o fim de 2026 e o início de 2027.

Com isso, estão dadas as condições para a reconquista do grau de investimento, perdido em 2015, no governo Dilma Rousseff.

Ele espera que isso ocorra até o último ano deste governo. "Temos condições de chegar lá ou chegar muito próximo dele até 2026", afirma. Ele ainda assegura que o Tesouro "vai atuar mais no mercado externo", com os títulos verdes. A seguir, os principais

trechos da entrevista:

O ministro Fernando Haddad é apontado como o grande protagonista do primeiro ano do governo. Qual a sua avaliação de 2023?

Foi muito bom. Claro, 2023 foi um ano muito desafiador, com pautas complexas, que exigiam muito, mas foram bem-sucedidas. Soubemos dialogar, ouvir e aprimorar. O ministro foi muito hábil em conduzir toda a equipe nesse sentido, sempre levando a discussão e explicando tudo com muita transparência, mostrando o plano de voo e os motivos.

Todas as medidas tinham caráter estrutural importante por trás, com correções de distorções, buscando aquilo que era importante para o país. O Congresso soube compreender, soube dialogar e, no fim, aprovou as medidas que foram postas. Idem com o Judiciário. Acho que o grande simbolismo de 2023 foi, de fato, a retomada do diálogo.

O novo arcabouço foi aprovado, mas ele ainda está ainda em xeque? Existe chance de o governo entregar a meta de deficit zero?

Preciso esclarecer, porque houve muita confusão do que é o marco fiscal.

O marco fiscal não está em xeque.

Ele tem um conjunto de regras, inclusive, uma regra para a despesa. Ela está dada e não tem negociação sobre isso.

Então, há muita confusão, porque as pessoas acham que, se mudarem a meta, vai ter mais espaço para gasto. A regra do marco fiscal é muito clara quanto ao limite da despesa. Ele vai variar de 0,6% do **PIB** até 2,5% do **PIB**, a depender do ano. E o que vai definir ponto desse intervalo são os 70% do que foi a arrecadação da receita recorrente do ano anterior. Isso é o fundamental, porque garante que, a médio e longo prazos, a despesa vai crescer sempre abaixo da receita. A meta fiscal que colocamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (de deficit zero em 2024) é mais agressiva, porque temos o entendimento de que é preciso ter recuperação mais célere, pois vai ser bom e mais saudável para retomar os investimentos. O que está em discussão, agora, é se vamos atingir ou não essa meta mais agressiva. Mas o arcabouço fiscal não está em xeque.

Mas essa meta agressiva é factível?

A meta de equilibrar o fiscal em 2024 é uma meta agressiva e ousada e sempre fomos transparentes em dizer que ela era. E sempre fomos transparentes em dizer que a meta, por definição, como funciona para qualquer empresa, tem que ter um desafio para você se forçar a fazer algo diferente. Tem um número muito claro aqui em relação ao que estamos buscando. Vamos buscá-lo. E todo mundo que faz uma discussão mais séria, mais construtiva e mais profunda sobre esse assunto. Sabe o que estamos falando. Quanto mais próximo chegarmos dessa meta, melhor para o país. É menos importante ser o deficit zero, mas isso amarra, traz um diálogo. As pessoas compreendem quando falamos que estamos buscando o equilíbrio. A sociedade entende que estamos querendo equilibrar a receita com a despesa, então, isso tem um simbolismo importante.

Dos R\$ 168,5 bilhões previstos de aumento de receita com medidas legislativas do ano passado, quanto está efetivamente garantido para este ano?

Por ora, nossa estimativa não mudou em relação ao pacote. Até porque tem coisas que não estavam lá e estão contempladas.

Elas se compensam. Estamos no primeiro mês agora. Precisamos sentir um pouco esse movimento e o resultado efetivo que esse pacote vai gerar.

Especialistas dizem que devem faltar até uns R\$ 90 bilhões. Essas estimativas são muito difíceis de comentar. Eu sempre falo de forma muito serena sobre isso. Não gosto de discutir porque, no fundo, não deixa de ser uma opinião. Estimativa cabe para todo lado, basta mexer nos parâmetros.

Tem gente que estima R\$ 90 bilhões. Tem gente que estima R\$ 100 bilhões. Nós estimamos um outro número.

Quanto?

Hoje, os R\$ 168 bilhões. Eu gosto de recordar que, no ano passado, em fevereiro, vários economistas estimaram, ao fim do segundo semestre, o país em recessão técnica, e crescimento do **PIB** de 0,7% no ano. O **PIB** de 2023 cresceu 3%.

Não é um erro pequeno.

Que alternativas a Fazenda está buscando, caso a MP da reoneração seja derrubada?

O projeto de lei da prorrogação da desoneração não veio acompanhado por uma medida compensatória de

receita.

E ela não está prevista na lei orçamentária.

Então, ela tem um problema.

A MP da reoneração está indicando um caminho para fazer um processo mais gradual, que permite um equilíbrio para manter o que está previsto na lei orçamentária e para nós conseguirmos seguir buscando o equilíbrio. O Congresso encampou e está apoiando a equipe econômica nessa missão de recuperar o fiscal. E (a desoneração) preocupa, porque, de fato, é preciso encontrar uma solução. É isso que o ministro está buscando e tentando o diálogo. É para explicar aos presidentes do Senado e da Câmara e aos líderes a importância e a dimensão do plano para poder encontrar um caminho.

O ministro também tem colocado luz desde o ano passado, sobre a tese do século. Ela foi muito complexa, do ponto de vista das finanças do país. Foi uma votação dividida de uma única decisão que gerou uma perda permanente de R\$ 100 bilhões por ano, e mais um estoque de meio trilhão de reais (R\$ 500 bilhões), 5% do **PIB**. Colocado no horizonte de 10 anos, são mais de R\$ 1 trilhão e mais de R\$ 500 bilhões de estoque. São mais de 10% do **PIB** em uma única decisão judicial dividida. Isso é emblemático, se desordenou, se desarranjou, e, provavelmente, os próprios ministros do STF não tinham a dimensão, não estavam municiados com as informações devidas dos impactos dessa decisão. Como está, é uma coisa difícil de gerenciar.

Quanto foi a compensação em 2023?

Foi pouco acima de R\$ 70 bilhões de compensação. Essa é a nova estimativa da **Receita Federal**. São 0,7% do **PIB**.

Nesse ajuste fino, se colocarmos os R\$ 100 bilhões de fluxo mais esse estoque que está sendo compensado é o deficit primário (de 2023).

E neste ano? Tem alguma previsão para a compensação?

Com regulamentação, isso talvez tenha lá uma prioridade maior quanto a isso, mas vamos ver.

O Congresso pode derrubar esse item?

Não. Acho que nisso há uma compreensão geral. Claro, tem uma discussão.

Quem optar por falar "não, no meu caso concreto não vale a pena ficar dentro dessa regra", é só ele pedir o

precatório e recebe todo ele no exercício seguinte.

Não é um grande trauma para ninguém.

Há algum estoque de precatório para este ano?

Não. Pedimos autorização ao STF para pagar todo o estoque existente, abatido do que estava previsto no Orçamento de 2023 para não ter nenhum ganho fiscal com isso. Sobrou só o que já está previsto no Orçamento. Agora, pagamos no primeiro trimestre e acabou. Não fica nada de fora. A bola de neve acabou. Ficou só o que está previsto no Orçamento e que já era rotina mesmo.

Analistas falam em deficit em torno de 1% do **PIB** em 2024. Quais os desafios dessas previsões?

A questão de médio prazo está equacionada.

Nós colocamos o país na trajetória (de recuperação fiscal). É sempre complexo falar sobre isso. Estamos buscando, e acho que é possível, sim. Mas só o fato de estar nesse movimento já é um outro patamar. A nossa discussão do ano passado era de outra ordem. Agora, o país entrou numa rota sustentável do ponto de vista fiscal. Acho muito difícil alguém discordar. Podem dizer "não vai ser zero agora, não vai ser em 2025". Um analista mais pessimista: "ah, a trajetória da dívida vai estabilizar só em 2032", mas ele não está falando que não vai estabilizar.

Ninguém mais diz que a trajetória é explosiva e vai passar de 100% do **PIB**. Não é essa a discussão. A discussão, do ponto de vista do debate, é: achamos que vamos, sim, estabilizar, mais cedo do que o mercado espera e abaixo de 80% do **PIB**. Alguns analistas acham que (a dívida) vai estabilizar acima de 80% do **PIB**, num horizonte maior. Ainda assim, é uma discussão que está em outro nível de gravidade. Não que isso não seja preocupante. Estou querendo só colocar as coisas nos andares corretos, de níveis. É uma preocupação constante. O nosso dever é estar preocupado com o fiscal, sempre, mas o nível do debate é muito mais saudável hoje.

Para a Fazenda, qual é o horizonte?

Nós trabalhamos com uma estabilização da trajetória da dívida no fim de 2026, entrando para 2027.

Em que patamar?

Abaixo de 80% do **PIB**. A partir da estabilização da trajetória da dívida, é só deixar essa outra regra seguir seu curso natural, porque você vai, ano a ano, melhorando o fiscal.

Nessa perspectiva, qual o timing para o país recuperar o grau de investimento?

Acredito que o país consiga fechar o ano de 2026 com o grau de investimento de volta. De novo, tem desafios. E essa é a beleza do trabalho, de buscar o que é realmente desafiador. Do contrário, só estaria esquentando a cadeira.

Acho que tem caminhos, já avançamos.

Estamos a dois degraus do nosso objetivo. Então, é preciso fazer, agora, o trabalho de construir em 2024 e 2025 os passos dessas agências. E a cada uma delas que der um passo, nós ficaremos na iminência do grau de investimento.

Pode acontecer de não sair? Pode, mas cada passo importa muito. Cada passo nesse sentido já tem efeito sobre taxa de juros, o país consegue atrair outros fundos estrangeiros. Há ganhos em cada movimento. Claro que é um simbolismo quando você recupera o grau de investimento. Mas eu acredito que temos condições de chegar lá ou chegar muito próximo dele.

Em relação ao mercado externo, qual a expectativa. Haverá emissões?

Não posso falar muito sobre isso, mas esperamos ser mais atuantes no mercado externo este ano.

Tem a agenda verde, a transição ecológica. O ministro já falou sobre isso, então é público. Eu não vou detalhar ainda, mas o Tesouro está buscando atuar na transição ecológica. Eu estou cuidando pessoalmente da agenda do hedge (proteção) cambial voltado para a transição ecológica. Nós fizemos, no ano passado, uma emissão fantástica. Todo o mercado reconhece isso. Nós inauguramos com o pé direito e com um passo largo a primeira emissão sustentável do país. Foi muito competitivo, tanto que ela saiu com preço bom, com o spread de país com grau de investimento. Neste ano, vamos ser mais ativos. Vamos ser mais intensos no processo do que fomos no ano passado.

A taxa de juros ainda é um desafio para o Tesouro em 2024?

Cair o juro sempre ajuda. Tem um efeito direto sobre uma parte da curva de juros. Todos os títulos que estão em taxas flutuantes são imediatamente impactados, mas ela tem um efeito indireto ali para subir toda a curva de juros. É muito saudável (a queda dos juros), mas tem de lembrar que ainda estamos com uma política monetária restritiva.

"O marco fiscal não está em xeque. Ele tem um conjunto de regras, inclusive, uma regra para a

despesa.

Ela está dada e não tem negociação sobre isso"

# Votação da reoneração ainda sem definição

O Congresso volta a funcionar em 5 de fevereiro com todo o interesse do governo voltado para a pauta de votação dos deputados e senadores. Por se tratar de ano eleitoral, o Palácio do Planalto vai tentar priorizar a aprovação das medidas que reforcem o bom momento da economia e que também sejam um ativo político nas urnas.

Ainda é uma incógnita se irá à votação a medida provisória editada pelo governo, no final do ano passado, que reonera alguns setores da economia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi **comunicado** pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que a derrota é certa, se a MP for a voto. A equipe econômica tenta um acordo com o Congresso e pode enviar um projeto de lei em substituição à medida.

Nesse início de ano legislativo, o principal desafio do governo é evitar novas derrotas nos vetos de Lula. Dos 30 que foram votados pelos parlamentares, em 2023, 16 foram rejeitados total ou parcialmente. Em 2 de janeiro, ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lula vetou que o pagamento das emendas obrigatórias de deputados e senadores fossem liquidadas até 30 de junho deste ano.

Os governistas, principalmente petistas, têm se queixado e criticado publicamente as amarras e as dificuldades que o Congresso tem colocado para o governo, no que se refere ao Orçamento. Entendem esses parlamentares que o Palácio do Planalto está virando refém e perdendo autonomia sobre definição de gastos dos recursos públicos. Em ano que deputados e senadores querem eleger "seus" prefeitos, esse será um desafio para o Poder Executivo.

Os presidentes de cada casa legislativa têm suas prioridades, que não necessariamente são convergentes. Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, deixou claro que pretende dedicar este ano à aprovação da complementação da **Reforma Tributária**, ainda pendente de muita regulamentação.

## Fake news

Anunciou, também, que pretende ver aprovado um marco regulatório para a exploração da inteligência artificial (IA) nas eleições. O deputado entende que essa ferramenta se tornou um "aprimoramento" das fake news, pois a possibilidade de montagem de diálogos ou de declarações falsas, se passando por

verdadeiras - as chamadas "deep fakes" -, coloca em risco o processo eleitoral.

Pacheco, pelo seu lado, repetiu algumas vezes que quer tentar aprovar, neste ano, o fim da reeleição para todos os cargos de poderes executivos - o que atinge os prefeitos, os governadores e o presidente da República. Pretende substituir esse sistema pelo mandato de cinco anos.

O presidente do Senado está disposto, ainda, a voltar a travar uma queda de braço com o Supremo Tribunal Federal e impor limites aos mandatos dos ministros da Corte. Para que essa alteração aconteça, será preciso a aprovação de proposta de emenda constitucional (PEC). Lira anunciou divergir dessas duas pretensões de Pacheco - para o presidente da Câmara, estabelecer prazo de permanência de um ministro do STF é descabido.

"Imaginem uma pessoa que vá para o Supremo com 44 anos, 45 anos, que sabe que vai sair com 55. O que é que vai se esperar de isenção de julgamento de alguém que sabe que cada dia será um dia menos?", observou o presidente da Câmara, há algum tempo.

Pacheco e Lira têm algumas pautas em comum. Como uma mudança na Constituição que restrinja o direito de partidos políticos, com ínfima representação no Congresso, de ingressar com ações de inconstitucionalidade no STF para barrar leis aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo presidente da República. (Correio Braziliense)

Relação entre Lula e Pacheco será colocada à prova emano de eleições municipais

## Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/01/votacao-da-reoneracao-ainda-sem-definicao.html>

# Reforma dobra tributação do saneamento, e conta de água vai subir (Reforma tributária)

O setor de saneamento básico perdeu todas as desonerações na **reforma tributária** e começou o ano em busca de alternativas para dirimir os impactos. Com a mudança, a alíquota -atualmente de 9,25%-tende a subir para 27%, o valor cheio estimado, com impactos sobre a conta de água e esgoto e riscos para os investimentos.

Pela regra atual, em relação ao consumo, o setor paga apenas **tributos** federais, PIS e Cofins. Está isento do ICMS estadual e do ISS municipal. O texto da reforma que implementa o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual prevê que o setor pagará não apenas o CBS federal, mas também o IBS para estados e municípios (dois **tributos** sobre bens e serviços).

"Como as empresas de saneamento são fornecedoras para outras empresas, elas terão crédito a compensar, o que reduz um pouco o impacto, mas com certeza esse setor vai ter aumento de carga tributária, e as empresas estão preocupadas", diz Douglas Mota, sócio da área tributária do Demarest Advogados.

"Para saber o valor exato precisamos esperar os detalhes das leis complementares, uma discussão que pode se prolongar por 2024 e 2025."

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

As projeções iniciais, porém, apontam que, já considerando os créditos, o imposto sobre os serviços de água e esgoto vai pelo menos dobrar e levar a um aumento médio de 18% na tarifa, segundo a Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto) e a Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento).

A velocidade e o montante desse repasse para a tarifa, no entanto, são incertos, afirmam os especialistas, e é isso que pode comprometer os investimentos, que hoje estão em expansão.

Aumento de carga tributária é um custo adicional para as empresas. A lei de concessão garante que esse tipo de despesa pode ser repassada para o consumidor como alternativa de reequilíbrio dos

contratos das operadoras que assumiram a prestação do serviço, sejam públicas, sejam privadas.

Quanto menor for o reajuste e mais longo o prazo até o reequilíbrio do contrato, pior para os investimentos, explicam especialistas. Para cobrir a nova despesa tributária, as empresas tendem a usar justamente esse recurso.

No cenário mais crítico, o de repasse total do repasse, o investimento cairia até 40%, segundo projeções elaboradas pela consultoria GO Associados e divulgadas em documento conjunto por Abcon Sindcon e a Aesbe.

"A gente que tem cultura geral e experiência no setor sabe que não basta pedir o reequilíbrio do contrato, porque, na prática, não são feitos na velocidade que deveriam. Se o prefeito precisar, segura mesmo um reajuste, mesmo que afete o balanço e a capacidade de investimento de uma empresa", afirma o advogado Luis Felipe Valerim, sócio da XVV Advogados e professor da FGV Direito SP.

"Saneamento, por ser municipal, tem um risco regulatório e político maior que outros segmentos da infraestrutura, que são regidos por órgãos e regulação federais, longe da esfera do poder local", diz.

Nesse aspecto federativo, também pesa a pulverização regulatória.

Empresas de energia, telecomunicações e rodovias, por exemplo, estão na esfera federal e respondem setorialmente a uma única agência reguladora, o que facilita a avaliação e a aplicação das normas.

No caso do saneamento, existem 97 agências reguladoras municipais com autonomia para fazer suas análises.

"Estamos prevendo uma guerra no âmbito regulatório que, se não solucionada, pode ir para o âmbito judicial, o que tem trazido bastante insegurança", afirma o diretor-executivo da Abcon Sindcon, Percy Soares Neto.

O setor tenta sensibilizar congressistas e também o governo para amenizar os impactos do aumento de carga via adaptações na legislação complementar. Já

houve um encontro com o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, e o governo se comprometeram a criar um grupo de trabalho para estudar mitigações.

"Temos feito várias discussões técnicas com o Ministério da Fazenda, que demonstra compreensão com o problema", afirma Soares Neto.

"Discutimos um mecanismo de cashback [devolução] para o imposto na tarifa social. Isso tende a ajudar. Também há uma análise sobre desoneração de bens de capital, porque todo nosso investimento é, de certa forma, compra de bens de capital. Tem ainda um diálogo sobre mecanismos de créditos tributários, que pode aliviar o impacto. Ou seja, a conta final não está fechada."

Na avaliação do presidente da Aesbe, Neuri Freitas, a decisão da Câmara mostra que a maioria continua ignorando a importância do saneamento básico e, quando o aumento da tarifa vier, deve ficar claro de onde saiu.

"A população precisa ter consciência de que água e esgoto vão ficar mais caros por causa do aumento na tributação decidido na Câmara."

O Senado havia incluído saneamento no regime que prevê alíquota menor, numa equiparação com a saúde, mas a proposição foi excluída do relatório final na outra Casa.

"Os políticos gostam de dizer que saneamento é saúde, mas acho que os deputados não podem mais falar isso depois de negarem a equiparação tributária do saneamento com a saúde", afirma Freitas.

"Confesso que fiquei perplexo. As empresas do setor precisam investir R\$ 900 bilhões em dez anos para cumprir a meta de saneamento e fazem uma coisa dessas."

Na avaliação de Claudio Frischtak, sócio da consultoria internacional de negócios Inter.B, especializada em investimentos de infraestrutura, o novo Marco Legal do Saneamento deu previsibilidade para os investimentos e a mudança tributária não vai afetar os desembolsos se houver segurança jurídica.

"Precisava ter exceções setoriais na **reforma tributária**? Eu acho que não. Já que teve, o saneamento é meritório para receber? Sim, mas não recebeu. Agora, o problema que pode comprometer os investimentos não é a tributação, mas a regulação", afirma.

"Havendo aumento da alíquota, as empresas vão pedir

e devem receber a repactuação dos contratos. Isso é líquido e certo do ponto de vista legal, em qualquer lugar do Brasil. Então, é preciso garantir o repasse para a tarifa, o reequilíbrio dos contratos, de forma a não comprometer a geração de caixa das empresas."

Frischtak lembra que o consumidor de baixa renda está protegido dos aumentos pela tarifa social, e que o consumidor que pode pagar, diante do aumento, talvez economize água, uma iniciativa que o meio ambiente agradece.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/reforma-dobra-tributacao-do-saneamento-e-conta-de-agua-vai-subir.shtml>

# Haddad quer emplacar agenda de reforma focada no mercado financeiro e em juros

**Brasília**

/  
**Hellen Leite, do R7, em Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer emplacar em 2024 ao menos seis propostas da chamada reforma microeconômica que ficaram paradas em 2023 no Congresso Nacional. Na última quinta-feira (18), o chefe da equipe econômica pediu ajuda ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o avanço das medidas. Entre as propostas, há projetos que preveem maior proteção a acionistas e investidores em caso de fraudes financeiras e altera a cobrança de juros.

Uma das matérias prioritárias é o projeto de lei 2925/23, que modifica as regras do mercado de capitais para garantir a defesa dos acionistas minoritários contra possíveis prejuízos causados por acionistas controladores ou administradores de empresas de capital aberto.

[Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp](#)

[Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp](#)

[Compartilhe esta notícia pelo Telegram](#)

[Assine a newsletter R7 em Ponto](#)

O tema ficou em evidência após episódios de "inconsistências contábeis" nos quais investidores não foram ressarcidos. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso das Lojas Americanas, com a descoberta de indícios de fraude na contabilidade da empresa que somaram R\$ 20,6 bilhões.

A proposta também amplia os poderes da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão regulador do mercado de ações. Na época da apresentação do projeto, o governo alegou que o objetivo é dar maior segurança jurídica aos investidores do mercado financeiro, alinhadas às práticas já adotada por países membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o chamado "clube dos ricos".

Outro projeto de lei em discussão é o PL 2926/23, que define as regras para as instituições operadoras de infraestrutura do mercado financeiro (IMFs) no Brasil. Essas empresas operam sistemas que compensam, liquidam ou registram pagamentos, entre outras transações.

O projeto também sugere que as instituições que operam no mercado financeiro comprovem que guardam dinheiro suficiente para cobrir perdas possíveis. O valor será decidido e aprovado pelos órgãos reguladores, considerando o tipo de riscos enfrentados pela instituição e o tempo necessário para se recuperar ou fechar suas atividades de forma organizada. Esse valor não pode ser menor que o limite mínimo definido pelos reguladores.

Além disso, o texto prevê que as instituições devem ter um plano de recuperação aprovado pelo Banco Central. Esse plano deve explicar as ações e procedimentos a serem tomados em situações que indiquem uma situação de risco, para restabelecer a estabilidade e viabilidade da instituição para garantir que ela continue funcionando.

Durante a fase de recuperação, quando a situação financeira ou econômica da instituição está seriamente comprometida, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários vão estabelecer critérios específicos para monitoramento e supervisão.

Os dois projetos começaram a ser analisados em regime de urgência, mas, devido à importância da **reforma tributária** na agenda e à tramitação de outros projetos que o governo considerava mais urgentes, a pressa na análise foi cancelada.

A equipe econômica também aposta na aprovação da "lei das falências". O projeto de lei 3/24, apresentado nos primeiros dias do ano, prevê que a tomada de decisões em casos de falências de empresas fique mais rápida. Vai ser possível, por exemplo, que a assembleia de credores designe um gestor para coordenar as liquidações de ativos e o pagamento aos interessados.

Além disso, o texto também sugere soluções para tornar os processos mais transparentes. Assim, será necessário publicar online um plano com as etapas principais da falência.

Nesse documento, será preciso explicar como serão geridos os recursos financeiros da empresa falida, como acontecerá a venda dos ativos, quais ações estão em andamento nos processos judiciais ou administrativos, como será feito o pagamento das dívidas e se a empresa contratará profissionais, empresas especializadas ou avaliadores durante o processo.

Uma terceira proposta que deve ser debatida pelo Congresso em 2024 tem a ver com a regulação da cobrança de juros em contratos de dívida. O governo afirma que é necessário deixar a lei mais clara, especialmente quando a taxa não é acordada. Além disso, a proposta permite que as pessoas possam fazer empréstimos fora dos bancos, em condições mais favoráveis.

A proposta também inclui uma regra que diz que sempre que não houver um índice específico acordado em contrato ou definido por lei, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, será utilizado para ajustar os valores monetários.

Outro foco do Ministério é o projeto de lei 281/2019, que cria dois novos mecanismos, o Regime de Estabilização e o Regime de Liquidação Compulsória. O objetivo é ter métodos mais modernos para os supervisores lidarem com crises financeiras, reduzir os riscos de usar dinheiro público em intervenções e diminuir os custos de empréstimos para bancos menores, incentivando a concorrência no sistema bancário.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/haddad-reforma-microeconomica-congresso-projetos-de-lei-22012024>

# Imposto menor para rico ou Bolsa Família?

**Felipe Salto** *Colunista do UOL* 22/01/2024 04h00

O debate sobre a revisão de benefícios fiscais, desonerações, isenções, regimes especiais e incentivos tem de ser enfrentado para valer. Em que pese a existência de bons programas realizados por meio de renúncias de receitas, como a ajuda às Santas Casas, o nível de iniquidade nessa matéria é elevadíssimo.

São benesses de toda sorte, financiadas com dinheiro público, a ocupar o lugar de ações que poderiam reduzir a desigualdade social, aumentar os investimentos ou mesmo amainar a fragilidade fiscal da economia brasileira.

O Ministro da Fazenda Fernando Haddad resolveu abraçar essa agenda, não apenas para ampliar os esforços fiscais, mas também para reduzir a ineficiência da atuação do Estado, que hoje atira uma fábula de dinheiro público pela janela. Sabem quanto? Meio trilhão de reais, como detalharei a seguir.

Pode-se até criticar o método de cálculo usado pela **Receita Federal** para estimar essas renúncias de receitas públicas, também conhecidas como gastos tributários, mas o fato é que a fatura engordou muito na última década. Se estivéssemos tratando de metade disso, já seria um volume extraordinariamente alto.

São diversas as ações tomadas ou em curso, algumas delas já discutidas por mim neste espaço. Cito, a título de exemplo:

Por meio dessas medidas, espera-se recobrar parte da arrecadação perdida, dada a tarefa de entregar um resultado melhor nas contas públicas em 2024. Isso deverá acontecer, como tenho mostrado, mesmo que a tal "meta zero" não seja obtida. Sem ela, entretanto, dificilmente essas ações tomadas até aqui teriam avançado. Ela funciona como espécie de âncora.

O Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT), documento que acompanha a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, indica renúncias, conhecidas como gastos tributários, de R\$ 523,7 bilhões. Destes, apenas 6,3% destinam-se à Assistência Social. É vexatório que o Brasil, um país ainda extremamente desigual, aceite conviver com essa ignomínia.

A lista dos incentivos inclui os mais variados tipos de programas, medidas etc., por exemplo: o Simples

Nacional, com R\$ 125,4 bilhões; os rendimentos isentos e as deduções do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com R\$ 84,4 bilhões; a Zona Franca de Manaus, com R\$ 32,7 bilhões, os benefícios para o Agronegócio, com R\$ 58,9 bilhões; e por aí vai.

Até aqui, o leitor poderia se perguntar: "ah, mas esses programas citados podem ser bons e promover o desenvolvimento, não é mesmo?" Duas respostas possíveis para a pergunta: "Não" ou "não necessariamente". Primeiro, são escassas as avaliações de políticas públicas. Segundo, as já realizadas, a duras penas, não são incorporadas no processo de planejamento orçamentário.

É uma lástima que não se aproveitem os estudos oficiais realizados sobre a desoneração da folha, por exemplo, para subsidiar o encerramento desse programa tão custoso e infrutífero. A exposição de motivos da Medida Provisória nº 1.202, vale dizer, mencionou essas avaliações, mas o Congresso parece ainda sensibilizado pelos argumentos de parte do setor produtivo. Se o tema for judicializado, não tenho dúvida, a desoneração cairá.

Olhem o artigo 30 da Emenda Constitucional nº 103. Ele proíbe expressamente contribuições para o financiamento da **previdência social** cuja base não seja a folha. Isto é, a Lei nº 14.784, que vigora desde a decisão do Congresso de derrubar o veto presidencial, é flagrantemente inconstitucional. Aliás, duplamente, porque também não é acompanhada de medidas compensatórias, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), no seu artigo 14.

Voltando à análise dos demais gastos tributários, um dado que sempre me impressiona (e ele cresce a cada ano) é o volume de imposto de renda não arrecadado, em razão das deduções de despesas médicas. Para 2024, esse número já está em R\$ 27,9 bilhões.

Não há limites, vale dizer, para essa modalidade de dedução, que só beneficia os mais ricos. Para ter claro: uma consulta médica na clínica mais cara de São Paulo, desde que se emita a nota fiscal nos termos da lei, conta para essas deduções. É só informar na Declaração Completa do IRPF. Qual o sentido disso? Sentido nenhum. É dinheiro público escoando pelo ralo. Na verdade, indo para os bolsos de quem não depende do Estado, mas usufrui da benesse.

Se acabássemos com esse gasto tributário e com as deduções de despesas de educação no Imposto de Renda (R\$ 5,3 bilhões), caros leitores, o déficit primário (receitas menos despesas sem contar os juros da dívida pública) poderia ficar em torno de 0,5% do **PIB**, em 2024, e não em 0,8% do **PIB**, como projetamos atualmente na Warren Investimentos.

Reduzidos modestos 5% de todo o restante de gastos tributários, sem exceções, conseguiríamos mais um ajuste de -0,2% do **PIB** nessa projeção. Dessa maneira, o governo estaria bem perto de cumprir a meta de déficit zero para o ano corrente, respeitada a banda inferior de -0,25% do **PIB**.

Não é curioso que muitos se preocupem com o tamanho do gasto previdenciário, de fato bastante elevado, mas ignorem o gasto tributário? Preocupam-se com o salário do servidor público, mas ignoram a transferência camarada para o bolso do rico. Gostam de bater no Benefício de Prestação Continuada ( BPC ) ou no Bolsa Família, mas na hora de falar da desoneração da folha... Ah, aí vale o ditado: "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Segundo o DGT, a arrecadação bruta total prevista para 2024 é de R\$ 2,5 trilhões. Logo, os gastos tributários representam pouco mais de 1/5 do bolo de receitas. São recursos preciosos deixados sobre a mesa, que poderiam servir ao financiamento de políticas públicas com impacto direto na vida das pessoas.

Para fins de comparação, o orçamento do Programa Bolsa Família, que é bem avaliado, com diversos estudos e análises acadêmicas publicados sobre seus efeitos na desigualdade, está fixado em quase R\$ 170 bilhões para 2024. Isto é, as renúncias tributárias correspondem a mais de três vezes o orçamento anual do Bolsa Família!

Até os parlamentares saem-se "mal" nessa comparação com o gasto tributário, mesmo depois de terem turbinado suas emendas no Orçamento de 2024. As emendas parlamentares individuais, de bancada estadual e de comissão correspondem a 10% da renúncia tributária estimada para 2024.

Querem mais uma comparação? Os investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal iniciativa do governo na área de investimentos, representam 11,5% das desonerações, isenções, regimes especiais, deduções, incentivos e congêneres.

É preciso escancarar de vez esse disparate, para que haja a devida mobilização em torno do tema. Se seguirmos quietos, os beneficiários continuarão a se

refestelar, devorando suas generosas fatias do bolo sem qualquer chateação.

No livro que organizei, em 2020, com Josué Pellegrini - "Contas públicas no Brasil" (Editora Saraiva/IDP), há uma evidência importante sobre como o Estado brasileiro gasta mal. No capítulo escrito por Pedro Jucá Maciel e Guilherme Ceccato, vê-se que o Brasil possui o maior nível de desigualdade de renda medida antes da atuação do Estado, em um grupo com quase quarenta países analisados.

Após contabilizadas as transferências, gastos e renúncias tributárias, por meio dos quais o Estado realiza suas políticas públicas, direta ou indiretamente, a desigualdade do Brasil, como de todos os outros países analisados, diminui. Contudo, continuamos em primeiro lugar na competição neste segundo ranking.

Portugal, por exemplo, que está entre os quatro mais desiguais antes de contabilizadas as transferências e renúncias, passa a ser o 13º mais desigual, melhorando sensivelmente sua posição relativa. É curioso como o Brasil, de fato, gasta pessimamente os recursos arrecadados da sociedade.

No mesmo capítulo, vemos que 30% do gasto público destina-se aos 10% mais pobres e pouco mais de 20% para os 10% mais ricos, o topo da pirâmide. No Reino Unido, quase 95% destinam-se aos 10% mais pobres, enquanto cerca de 2% vão para os 10% mais ricos. Em Portugal, 65% e 15%, respectivamente, para os mais pobres e os mais ricos.

Os grupos de interesse estenderam seus tentáculos sobre os orçamentos públicos e não os retiram nem sob reza brava. São providos de ventosas com propriedades de Durepoxi, sabem como é?

Quando um gestor público como o Ministro Fernando Haddad resolve confrontar esses privilégios, os donos do Poder passam a mover mundos e fundos. Azucrinam desde a cúpula do Legislativo até os deputados do baixo clero, passando por parte dos formadores de opinião, dos prefeitos e governadores. Não brincam em serviço.

Em 2022, quando à frente da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, deparei-me com um número elevado de benefícios fiscais do ICMS. Eles se avolumaram, aliás, em meio à guerra fiscal travada entre os Estados, esta que seguirá firme mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional nº 132 (**reforma tributária**), não custa lembrar.

Em termos de volume financeiro, era uma fatia representativa do Orçamento do Estado. O que eu fiz?

Reestruturei o Departamento de Estudos de Política Tributária, sob o guarda-chuva da Subsecretaria da Receita Estadual, e criei um cronograma de ações. O primeiro passo foi a proposição e a elaboração de indicadores para avaliar os incentivos em vigor e estabelecer critérios para novas concessões. Também avançamos na normatização dos processos internos, dando maior previsibilidade e transparência a esse périplo pelo qual cada pedido do setor produtivo passa quando começa a tramitar na Secretaria.

Tudo isso foi apresentado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, indicando nossa disposição em avançar a sério no assunto por meio de ações concretas no tratamento das renúncias tributárias. Agora, não pensem que mexer nesse vespeiro é trivial. Longe disso.

Não vejo, aliás, as políticas de incentivo como decisões ruins, necessariamente. Isto é, em qualquer contexto e sob quaisquer condições e parâmetros. Mas entendo que devem, sempre, ser avaliadas, para que o dinheiro público não seja jogado para o ar.

A situação atual, no caso do governo federal, chegou a um limite perigoso. São três programas Bolsa Família para bancar os gastos tributários totais. Faz sentido? Perguntaram para o povo? Está na hora de os parlamentares cuidarem mais dos interesses dos seus eleitores, sobretudo daqueles que mais dependem da ação do Estado.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2024/01/22/imposto-menor-para-rico-ou-bolsa-familia.htm>

# Fundos perdem R\$956 milhões

Brasília - Os fundos de pensão do país tiveram perdas de R\$ 956 milhões com a crise da Americanas, deflagrada há um ano.

Entretanto, parte deste total pode ser recuperada se cumprido o plano de recuperação judicial da companhia, aprovado pelos credores em dezembro. Estima-se que fatia de até 60% do valor pode ser retomada. A projeção sobre as perdas é da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), órgão do governo federal que supervisiona fundos de pensão. A quantia se refere à desvalorização de ações emitidas pela varejista, que pediu proteção judicial após a informação sobre fraude contábil calculada em mais de R\$ 25 bilhões.

Os fundos de pensão tinham exposição à Americanas através de títulos de dívida ou de fundos que investiam em ações da companhia.

A perspectiva de recuperação se dá a partir do plano apresentado pela empresa no Judiciário.

Os credores financeiros poderão receber o pagamento da Americanas com desconto de no mínimo 70% ou então converter parte da dívida em ações, outra parte em dívida nova e receber o restante em dinheiro.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-b5d17ed2b502da15aa727af0d51508d6.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-b5d17ed2b502da15aa727af0d51508d6.pdf)

# Fundos de pensão desvalorizam

## *Do Estadão Conteúdo*

Os fundos de pensão do País tiveram uma perda de R\$ 956 milhões com a crise da Americanas, deflagrada em janeiro do ano passado. Entretanto, uma boa parte desse total pode ser recuperada ao longo dos próximos anos: se cumprido o plano de recuperação judicial da companhia, aprovado pelos credores em dezembro do ano passado, estima-se que até 60% do valor pode ser retomado, um montante relativamente alto em processos do tipo. A estimativa sobre as perdas é da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), órgão do governo federal que supervisiona os fundos de pensão do País. O valor se refere à desvalorização dos papéis emitidos pela varejista, que pediu proteção judicial após a revelação de uma fraude contábil que, depois, foi avaliada em mais de R\$ 25 bilhões.

Os fundos de pensão tinham exposição à Americanas através de títulos de dívida ou de fundos que investiam em ações da companhia. A perspectiva de recuperação está desenhada a partir do plano aprovado pela empresa na Justiça. Os credores financeiros poderão receber o pagamento da Americanas com desconto de no mínimo 70%, ou então converter parte da dívida em ações, outra parte em dívida nova e receber o restante em dinheiro.

## RECUPERAÇÃO NO LONGO PRAZO

Os fundos de pensão terão de exercitar a habilidade de pensar no longo prazo: a recompra tem prazo até 2039 para ser quitada; na conversão em ações, os credores terão de esperar três anos para zerar a posição. E também terão de contar com uma valorização dos papéis para acima dos R\$ 1,30 a que cada um deles sairá na capitalização, que somará R\$ 24 bilhões.

Embora o prejuízo tenha sido considerável, não virou perda efetiva de dinheiro na maior parte do mercado. Houve apenas sete casos de possíveis problemas de gestão relacionados à venda dos papéis da Americanas antes da aprovação da recuperação judicial, que abre a perspectiva de uma recuperação maior dos valores perdidos.

Além disso, o impacto para os beneficiários foi relativamente pequeno. Apesar de o volume somar quase R\$ 1 bilhão, é apenas 0,8% do patrimônio do setor. Os fundos de pensão têm mais de R\$ 1,2 trilhão em ativos.

**Site: <https://www.gazetadigital.com.br>**

# Até quando recebo pensão por morte? - NO O DIA RECLAMAR ADIANTA

## **NO O DIA RECLAMAR ADIANTA**

Segundo a advogada Catia Vita, a análise da pensão por morte envolve três requisitos: o óbito ou morte presumida do segurado, a qualidade de segurado do falecido no momento do óbito e a presença de dependentes habilitáveis junto ao **INSS**. Em relação à duração da pensão por morte, outros fatores serão levados em conta. "Por exemplo: se a pessoa que faleceu tinha menos de 18 contribuições mensais antes do óbito, a pensão por morte será paga por um período de quatro meses. A idade do viúvo ou da viúva também irá influenciar: se o segurado, quando faleceu, tinha mais de 18 contribuições, a duração dos pagamentos vai depender da idade do cônjuge sobrevivente", explica.

No caso da nossa leitora, ela terá direito a receber a pensão pelo período de 15 anos, tendo em vista sua idade: 33 anos.

É importante lembrar que a pensão só é devida se a pessoa falecida tinha qualidade de segurada na data do óbito. Isso significa que ela teria de estar contribuindo para o **INSS**, ser aposentada ou estar em período de graça. O período de graça é o intervalo no qual o trabalhador, mesmo sem contribuir, mantém a qualidade de segurado.

A orientação especializada é essencial para garantir a compreensão e a efetivação dos direitos previdenciários, destaca o advogado Átila Nunes do serviço [www.reclamaradianta.com.br](http://www.reclamaradianta.com.br).

O atendimento é gratuito pelo e-mail [juridico@reclamaradianta.com.br](mailto:juridico@reclamaradianta.com.br) ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

Gostaria de uma orientação a respeito da minha pensão por morte. Fiquei viúva em 27/03/15, com 33 anos. Pela minha idade, devo receber pensão até quando?

Tatiane Machado, Niterói.

**Site:**

<https://digital.diariodecanoas.com.br/edicao/imprensa/15231/22-01-2024.html?all=1>

# Saiba quem deve pedir a revisão do benefício do INSS em 2024 (Previdência)

Aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) têm direito de pedir a revisão de seu benefício caso considerem que o valor pago está errado ou que algum período de trabalho tenha ficado de fora do cálculo. Há, no entanto, um prazo limite conforme o início do pagamento da primeira aposentadoria. São dez anos a partir da concessão.

Em 2024, vence o prazo para segurados que se aposentaram em 2014. O relógio passa a correr a partir do primeiro dia do mês seguinte ao que o segurado recebeu o primeiro benefício. Por exemplo, quem começou a receber o benefício em janeiro de 2014, só tem até fevereiro para pedir revisão.

A decadência vale tanto para as revisões solicitadas no **INSS** quanto para aquelas pedidas na Justiça.

Para entrar com o pedido de revisão, o aposentado ou pensionista precisa provar com documentos e cálculos que houve erro do **INSS**. A correção deve ser pedida no **INSS** primeiro. A Justiça pode ser acionada se necessário. Para ações judiciais de até 60 salários mínimos ou para processos abertos na **Previdência Social**, não há necessidade de advogado, mas é bom ter um defensor.

No Juizado Especial Federal, onde são abertos processos de até 60 salários, se o **INSS** recorrer, é preciso nomear um advogado em até dez dias. Na vara previdenciária comum, onde se propõe ações acima de 60 salários - chamadas de precatórios - é preciso ter advogado desde o início, para dar entrada no pedido.

Quem prova o erro e consegue a revisão do benefício tem direito de receber as diferenças retroativas de até cinco anos antes do pedido, chamadas de atrasados. O prazo pode ser diferente para revisões nas quais o segurado apresenta, no meio do processo, um novo documento.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

No **INSS**, o pedido pode ser feito à distância, por meio da central telefônica 135 ou pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site). É necessário ter um cadastro no Portal Gov.br

para acessar a plataforma. Clique aqui para saber como criar uma conta .

Algumas revisões como a do Buraco Negro e a do Teto não exigem o prazo de dez anos. Para ambas o Judiciário já reconheceu que há direito à correção, e o **INSS** fez o pagamento administrativamente. Quem julga ter direito, mas não teve a correção, pode fazer o pedido no **INSS** ou, caso não seja atendido, ir à Justiça.

"A minha orientação é que o segurado aposentado ou pensionista busque uma equipe especializada para realizar os cálculos de revisão para verificar se tem direito antes de entrar com o pedido administrativo no **INSS**, ou na Justiça, a depender da situação. O cálculo prévio é extremamente importante, uma vez que o **INSS** também pode diminuir o valor do benefício se constatar que houve alguma falha no momento de calcular a aposentadoria ou pensão", afirma a advogada Priscila Arraes Reino.

Por que existe o direito? Ao deixar de contabilizar algum período de trabalho ou considerar um valor menor de salário, o **INSS** calcula a aposentadoria ou pensão com erro, e o segurado ganha menos do que deveria

O aposentado pode pedir a revisão para incluir esses períodos que ficaram fora ou que foram contabilizados errados pelo **INSS**

Se algum tempo de contribuição ficou fora, também pode ser incluído, o que aumenta o total de anos pagos à Previdência e, geralmente, o benefício

Para isso, é preciso ter documentos que comprovem o erro do instituto, como holerites, comprovante de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) ou recibos que possam provar o valor correto dos salários

Por que existe o direito? Segurados que ganharam ação trabalhista com reconhecimento de vínculos ou verbas salariais não pagas pelo empregador e que se aposentaram sem que estes períodos e valores tivessem sido contabilizados podem pedir revisão de aposentadoria para incluir a decisão judicial

Tanto o tempo de contribuição com o reconhecimento de vínculo quanto o valor maior dos salários podem

alterar a média do cálculo, aumentando o benefício

É preciso apresentar cópia da decisão trabalhista, além de provas do tempo de trabalho, mostrando que as alterações não foram consideradas no cálculo do benefício do **INSS**

Por que existe o direito? O trabalhador que já tinha atingido as condições mínimas antes da reforma da Previdência, que passou a valer em novembro de 2019, pode pedir revisão, caso seu benefício tenha sido calculado com as regras posteriores e menos vantajosas

É preciso comprovar que obteve o direito adquirido antes da reforma com recibos, carteira de trabalho, contratos, ações trabalhistas, holerites, laudo de tempo especial ou outras informações que possam servir como prova documental

Por que existe o direito? Quem trabalhou em atividade considerada especial, em condições nocivas à saúde ou com risco de morte até 13 de novembro de 2019, data em que a reforma da Previdência entrou em vigor, tem direito de converter o tempo especial em comum e aumentar o total de anos para a aposentadoria

Neste caso, há um bônus no tempo de contribuição, elevando a contagem do tempo mínimo para a aposentadoria em 20%, para as mulheres, e em 40%, para os homens

É usado um fator de conversão para transformar tempo especial em comum

Documentos necessários

É preciso apresentar provas do trabalho em condições de insalubridade ou perigosas. A exposição aos agentes prejudiciais à saúde deve ocorrer de forma permanente

Para exposição a ruído, é preciso seguir os níveis mínimos estabelecidos

O trabalhador precisa apresentar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), documento válido a partir de 2004, ou o LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho); ambos devem ser fornecidos pelo empregador

Até 31 de dezembro de 2003, há outros formulários válidos, que devem ser apresentados conforme a época em que o trabalho foi exercido. Veja:

Formulário

Período em que foi emitido

Dirben-8030

Entre 26/10/2000 e 31/12/2003

DSS-8030

Entre 13/10/1995 e 25/10/2000

DISES BE 5235

Entre 16/09/1991 e 12/10/1995

SB-40

Entre 13/08/1979 e 11/10/1995

Por que existe o direito? Trabalhadores que atuaram na iniciativa privada e se aposentaram mas, antes, trabalharam por algum tempo no serviço público ou serviram nas Forças Armadas podem pedir para que o cálculo do seu benefício considere o tempo de serviço militar ou de funcionário público, desde que ele não tenha usado o período para se aposentar pelo regime próprio (aposentadoria de servidor)

No caso do trabalho como servidor público, é necessário fazer a conversão do tempo de contribuição, levando a CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) ao **INSS**

Por que existe o direito? O aposentado que provar a atuação em atividade rural até 1991, mesmo com menos de 12 anos de idade na época, pode pedir que o período seja contado como tempo de contribuição, sem precisar pagar as contribuições

Quem trabalhava antes de o Plano Real entrar em vigor e contribuiu à **Previdência Social** em outras moedas além de reais antes de julho de 1994, pode ter a chance de aumentar a renda previdenciária.

A correção foi aprovada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em dezembro de 2022, mas segue sendo debatida no órgão, que julga os embargos de declaração, e o processo não chegou totalmente ao fim.

Para o segurado chance de pedir esta revisão, além de a concessão do benefício ter ocorrido dentro dos últimos dez anos, precisa ter sido com base nas regras da lei 9.876, de 1999, que passou a definir o cálculo da aposentadoria com os salários após julho de 1994.

A revisão não sairá no **INSS**, apenas na Justiça e somente depois que o STF julgar que o direito existe.

O julgamento está marcado para ser retomado em 1º de fevereiro, mas não há prazo para ser concluído.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ( conheça aqui ).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/saiba-quem-deve-pedir-a-revisao-do-beneficio-do-inss-em-2024.shtml>**

# Aposentadoria por invalidez: quem tem direito, quanto ganha e como solicitar o benefício

## Redação Terra

A aposentadoria por invalidez não é uma aposentadoria programada, diferente da aposentadoria 'comum', que tem como parâmetro o tempo de contribuição e a idade mínima para receber o benefício. Esse tipo de aposentadoria conta com requisitos e características específicos, como, por exemplo, o fato de ela não necessariamente "durar para sempre".

Para mais detalhes sobre a aposentadoria por invalidez, o Terra entrevistou a especialista em Direito Previdenciário Jeanne Vargas, sócia da Vargas Farias Advocacia. Confira:

Na aposentadoria por invalidez não se exige uma idade mínima para recebimento do benefício, porque a invalidez para o trabalho pode vir a qualquer tempo independentemente da idade do contribuinte.

Essa aposentadoria tem como objetivo proteger aquele contribuinte que ficou incapacitado para o trabalho de forma total e permanente, que não consegue mais exercer a atividade que ele habitualmente exercia e nenhuma outra. Além disso, também há a característica de não haver a perspectiva de melhora do quadro de saúde do trabalhador.

A invalidez precisa ser atestada dentro do período de contribuição ou pelo menos dentro do período "de graça" - o tempo em que mesmo sem contribuição o trabalhador continuou protegido pela Previdência e com os mesmos direitos de quem contribuiu.

Esse período pode ser estendido até 36 meses sem contribuição:

24 meses para o trabalhador que já tem mais de 120 contribuições sem perder a condição de segurado pelo **INSS**

12 meses para aquele trabalhador desempregado

A carência é dispensada em caso de doenças mais graves. Tais como as elencadas no art. 151 da Lei 8.213/91:

Tuberculose ativa;

Hanseníase;

Alienação mental;

Esclerose múltipla;

Hepatopatia grave;

Neoplasia maligna;

Cegueira;

Paralisia irreversível e incapacitante;

Cardiopatia Grave;

Estado avançado na doença de Paget (osteíte deformante);

Doença de Parkinson;

AIDS;

Contaminação por radiação.

Comprovar incapacidade total e permanente para o trabalho.

O pedido pode ser feito diretamente no **INSS** através do site [www.meu.inss.gov.br](http://www.meu.inss.gov.br), do aplicativo Meu **INSS**, ou central telefônica 135.

No requerimento o segurado deverá apresentar laudos médicos que atestem expressamente a CID (Classificação Internacional da Doença), a data do início da incapacidade para o trabalho.

O segurado irá passar por uma perícia médica que irá avaliar a sua incapacidade.

Desde 13/11/2019, com a Reforma da Previdência, o cálculo da aposentadoria por invalidez mudou. Passou a ser considerada a média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição desde 07/1994, que é

multiplicada por um coeficiente que começa aos 60% e aumenta 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos para o homem e 15 anos para a mulher.

Exemplos:

- Um homem que se aposenta em 2024 por invalidez e tem 30 anos de contribuição. Ao encontrar a sua média de contribuição será aplicada uma alíquota de 80% (30 anos - 20 anos = 10 anos. 10 anos x 2 = 20. 60 + 20 = 80). Ou seja, o valor da aposentadoria será 80% da média.

- Para o trabalhador do sexo masculino que se aposenta com apenas 20 anos de contribuição, sua alíquota será de 60%. Ou seja, o valor da aposentadoria será 60% da média.

Exceção: Quando a invalidez decorre de acidente do trabalho ou doença profissional ou do trabalho o valor da aposentadoria corresponderá a 100% da média dos salários de contribuição para o **INSS**.

Ao contrário do senso comum, a aposentadoria por invalidez não "é pra sempre". A aposentadoria é para proteger a invalidez e é para durar enquanto a invalidez existir. Aposentados por invalidez podem ser convocados a qualquer tempo para uma perícia revisional que tem o objetivo de avaliar justamente a continuidade ou não da invalidez para o trabalho.

A aposentadoria por invalidez ganha o status de definitiva quando o aposentado:

- Completa 60 anos de idade;
- Alcança 55 anos ou mais de idade e 15 anos em benefício - podendo o auxílio-doença que precedeu essa aposentadoria ser incluído na contagem dos 15 anos;
- É portador de HIV. Nesses casos o aposentado não pode ser mais convocado para a perícia revisional do **INSS**.

Quem é aposentado por invalidez não pode mais trabalhar. Para retornar ao mercado de trabalho, em todos os casos o aposentado pode a qualquer tempo solicitar o cancelamento da aposentadoria por invalidez. Será necessário marcar uma perícia para levar ao **INSS** os documentos médicos que comprovem que a invalidez cessou.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/aposentadoria-por-invalidez-quem-tem-direito-quanto-ganha-e-como-solicitar-o-beneficio,1d16e6546f2043ee4efb37258ebb0851gqd4br1w.html>

# Afastamentos por transtornos de saúde mental sobem 38%

**Trabalho Adriana Fonseca Para o Valor, de São Paulo**

O tema da saúde mental segue vivo nas organizações, em um cenário preocupante. Pesquisa realizada com 8.980 trabalhadores de diferentes níveis hierárquicos no país, obtida pelo Valor, mostra que 48% têm risco de saúde mental, 44% sofrem de insônia, 60% são sedentários e 60% têm sobrepeso e obesidade. As pessoas ouvidas no estudo promovido pela corretora de benefícios Pipo Saúde pertencem a empresas de diferentes tamanhos e setores como tecnologia, varejo e bens de consumo.

Thiago Liguori, Chief Medical Officer da Pipo Saúde, explica que o risco de ter uma questão de saúde mental foi obtido por meio de respostas a questionários que detectam a possibilidade de uma pessoa ter transtorno de ansiedade generalizada ou depressão. "Porém, para chegarmos a um diagnóstico, seria necessária uma avaliação com um profissional de saúde. Por isso optamos pelo termo risco de doença", afirma.

Dados do Ministério da **Previdência Social** mostram que, em 2023, foram concedidos 288.865 benefícios por incapacidade devido a transtornos mentais e comportamentais no Brasil, 38% a mais do que em 2022, quando foram concedidos 209.124 benefícios. Em 2021, foram 200.244. Esses números contemplam os benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e os benefícios por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).

Para Liguori, um conjunto de fatores causam esse cenário. Um deles é que a pandemia reduziu o estigma do transtorno mental, o que pode ter feito aumentar o número de pessoas que "levantam a mão e pedem ajuda". Ele comenta, também, que os níveis de estresse, cobrança e insegurança psicológica têm aumentado nas empresas. Isso, associado ao aumento de demissões, carga horária e tarefas executadas, influência no bem-estar mental das pessoas, diz.

O especialista comenta que a penetração dos programas de saúde mental é restrita nas organizações. "Pela pesquisa de benefícios da Pipo de 2023, apenas 36,2% das empresas com até 500 colaboradores ofereciam algum benefício de saúde mental", diz. "Associado a isso, a maioria dos líderes

em empresas não recebe treinamento adequado para acolher e direcionar os colaboradores com alterações na saúde mental, apesar da pauta ser considerada prioridade entre CEOs." Liguori acredita que tratar do tema nas empresas com palestras - o que diversas organizações já fazem - é apenas o primeiro passo para uma abordagem integral da saúde mental dos trabalhadores. "As rodas de conversa têm ajudado a colocar o tema na mesa e fazer com que mais pessoas se sintam confortáveis em avaliar o seu status emocional e pedir ajuda, mas ainda existe uma lacuna no diagnóstico e tratamento adequado da força de trabalho." Um outro estudo, o People at Work 2023, realizado pelo ADP Research Institute, ao ouvir 32.612 trabalhadores em 17 países, sendo 1.412 no Brasil, mostra como o tema de fato está circulando mais abertamente nas empresas. Globalmente, 68% sentem poder ter conversas sinceras sobre sua saúde física no trabalho e 64% afirmam o mesmo em relação à saúde mental. No Brasil, são 65% e 63%, respectivamente. De todo modo, 57% globalmente e 43% dos brasileiros não acham que seus gestores ou colegas estão preparados para conversar sobre saúde mental no trabalho sem julgamento.

Na visão de Claudio Maggieri, general manager para a América Latina na ADP, a preocupação sobre a saúde mental da força de trabalho tomou uma dimensão mais expressiva durante e logo após a pandemia, "momento em que esses impactos passaram a ser observados e cuidados de forma mais intensiva". "Creio que, com o passar do tempo, em que pese o fato de essa questão se manter bastante relevante, nem todas as organizações mantiveram a mesma atenção e cuidado à medida que todos passamos a experimentar uma sensação de 'volta à normalidade', causando uma percepção de queda no apoio a esse tema", afirma.

Maggieri entende que o mercado de trabalho ainda está em um processo de aprendizagem sobre os efeitos da saúde mental nos trabalhadores, na execução da estratégia e na geração de resultados. "Ainda que em um movimento crescente, apenas uma parcela das organizações realizou avanços importantes na gestão dos impactos da saúde mental", diz. "Essa gestão implica em fatores como estratégias de flexibilização, melhoria de clima, transparência e aumento de diversidade." O executivo acredita que o mundo do trabalho está em um momento de inflexão que exigirá uma transformação mais profunda nas

organizações, "que as permita lidar com esse desafio de forma mais estruturada e sustentável".

Liguori ressalta que a saúde mental é essencial para que o indivíduo tenha a capacidade de executar suas habilidades pessoais e profissionais. "Investir na saúde dos colaboradores não é apenas responsabilidade ética, mas uma estratégia inteligente para promover um ambiente de trabalho produtivo e sustentável a longo prazo", diz Marcela Ziliotto, head de pessoas da Pipo Saúde.

"Ainda existe uma lacuna no diagnóstico e tratamento adequado da força de trabalho" Thiago Liguori

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769>

# Doenças mentais afetam o desempenho do trabalhador

**CAIO PRATES** do Portal *Previdência Total*

O Janeiro Branco é uma campanha que surgiu em 2014 com objetivo de alertar sobre a importância com a saúde mental e emocional. Ansiedade, depressão, síndrome do pânico, síndrome de Burnout e estresse são algumas das principais doenças psiquiátricas desenvolvidas no ambiente de trabalho e que são responsáveis pelo afastamento de milhares de trabalhadores de suas atividades todo ano no País. Cerca de 1 bilhão de pessoas vivem com algum tipo de transtorno mental, segundo o relatório da OMS (Organização Mundial de Saúde).

Quando o assunto é ansiedade, o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo e o quinto em número de depressivos. Dados do mais recente mapeamento sobre a doença, realizado pela OMS, apontam que 5,8% da população brasileira sofre de depressão, o equivalente a 11,7 milhões de brasileiros. Estudo epidemiológico do Ministério da Saúde revela ainda que, nos próximos anos, até 15,5% da população brasileira poderá sofrer depressão pelo menos uma vez ao longo da vida.

Os números são alarmantes e, segundo especialistas, o ambiente de trabalho, mesmo em home office, pode acarretar uma série de problemas de saúde para os funcionários de empresas públicas e privadas.

O advogado Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, revela que estudos mostram que os casos de depressão dobraram e os sintomas de estresse e ansiedade aumentaram 80% após a pandemia de Covid-19. "O empregado que ficar doente, quando estiver trabalhando em home office ou presencialmente, deve buscar consulta médica junto ao médico de trabalho do empregador, do seu plano de saúde ou do serviço público (SUS). Caso seja constatado que não é possível desempenhar suas funções, deve permanecer afastado, justificando sua ausência com atestados ou laudos médicos para o abono das faltas. Nesse caso receberá os primeiros 15 dias pela empresa, depois desse prazo deve solicitar o benefício de auxílio por incapacidade temporária da **Previdência Social**. Se for o caso de doença profissional ou acidente de trabalho, o empregado receberá o benefício de auxílio-acidente da **Previdência Social**, com a emissão da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho)", afirma.

E as pessoas que sofrem doenças psíquicas têm o direito de receber o auxílio-doença do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para tratarem de suas enfermidades psicológicas. "O auxílio-doença, chamado agora de auxílio por incapacidade temporária após a reforma da Previdência, é o benefício previdenciário pago pelo **INSS** para quem está incapacitado para o trabalho de forma total e com prazo de recuperação estimado", alerta o advogado João Badari, especializado em Direito Previdenciário e sócio do Aith, Badari e Luchin Advogados.

A maioria dos casos de incapacidade por depressão, que tornam o trabalhador incapaz para o trabalho, dão direito ao auxílio-doença, porém existem casos em que o perito constata a incapacidade ser permanente, gerando a concessão da aposentadoria por invalidez.

Segundo João Badari, a depressão é um transtorno psicológico relativamente comum que causa tristeza persistente e impede a realização das tarefas diárias. Ele pode ser graduado dependendo da intensidade dos sintomas, sendo eles divididos em leve, moderada ou grave.

"Pode surgir em qualquer idade, desde crianças até adultos e idosos, e pode ter cura, porém o tratamento costuma ser demorado e pode incluir psicoterapia, medicamentos, convulsoterapia e algumas terapias naturais. Em razão desta demora, é muito importante saber que a doença dá direito a receber aposentadoria ou auxílio do **INSS**. Com o benefício do **INSS** o segurado não precisará trabalhar, e isso em muitos casos agrava a sua doença. E com este recebimento ele pode ter mais tranquilidade para custear o tratamento", aponta.

Para ter direito ao auxílio-doença o trabalhador deve ter pelo menos 12 contribuições pagas para o **INSS**, exceto se for decorrente de acidente de trabalho. No caso de acidente do trabalho, o benefício é concedido ao empregado que sofreu acidente de trabalho ou for acometido por doenças ocupacionais - se a doença é contraída ou se for agravada pelo trabalho. Neste caso não há período de carência, podendo o auxílio ser pago a qualquer momento ao empregado, independente do número de contribuições.

O especialista frisa que o que gera direito ao

recebimento do auxílio ou aposentadoria por invalidez é a incapacidade para o trabalho, não a doença. "A pessoa precisa demonstrar para o perito o que a doença atrapalha em seu dia a dia e em sua jornada de trabalho, não apenas a doença", reforça.

Os segurados do **INSS** também podem solicitar o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é destinado às pessoas com deficiência de qualquer idade e idosos com mais de 65 anos de idade que não tenham meios de se sustentar e se encontrem em estado de vulnerabilidade social. O BPC pode ser concedido mesmo sem que o beneficiário trabalhado ou realizado contribuições ao **INSS**. No entanto, para ter direito é necessário atender aos requisitos estabelecidos em lei, como comprovar a idade mínima e a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Valor a receber leva em conta a média dos salários

Os especialistas ressaltam que o auxílio-doença para o trabalhador com doença psíquica será calculado com a somatória de todos os salários de contribuição que o segurado fez ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) após julho de 1994, deste valor você dividirá pelo número de meses, chegando em uma média. Após chegar na média dos salários de contribuição, será aplicado o coeficiente de 91%. Exemplo: A média ficou em R\$ 3.000, após a aplicação de 91% o benefício será de R\$ 2.730.

Na aposentadoria por invalidez para quem tem depressão o cálculo é muito parecido, porém com uma agravante: o coeficiente começará em 60%. O redutor será de 60%, mais 2% a cada ano de contribuição que superar 20 anos para homens, e 15 anos para mulheres. Exemplo: um homem, que se aposenta por invalidez com 21 anos de contribuição, terá um redutor de 62%. Uma mulher que se aposenta por depressão com 30 anos de contribuição, terá um redutor de 90%.

## PERÍCIA

O advogado, professor da UFPR e diretor científico do Ieprev, Marco Aurelio Serau Junior, observa que o deferimento do benefício vai depender sempre de perícia médica do **INSS**, e caso seja negada o segurado poderá judicialmente buscar a concessão de um destes benefícios.

"No dia da perícia o trabalhador deverá estar munido de uma farta documentação médica demonstrando seu quadro clínico, como laudos médicos contemporâneos, receitas de medicamentos e informe ao perito todos os sintomas que a doença traz em seu dia a dia, contando de forma detalhada das suas limitações", orienta.

Os especialistas destacam que é essencial que as empresas realizem ações e aloquem recursos materiais, humanos e gerenciais para prevenir que seus funcionários adoçam psicologicamente. "No Brasil, existe a tutela do meio ambiente de trabalho, o qual propicia os cuidados com a Saúde e Segurança no Trabalho, abrangendo também, no que diz respeito à saúde, o tópico de saúde mental. Quando há um número significativo de funcionários da empresa com adoecimento de fundo emocional a empresa poderá sofrer aumento da sua carga tributária, a partir da reclassificação de sua nota no FAP (Fator Acidentário de Prevenção), caso os funcionários consigam obter a concessão de benefícios previdenciários", pontua Marco Serau Junior.

Na hipótese de as doenças emocionais proporcionarem algum dano aos trabalhadores, o chamado dano moral, a empresa poderá ser condenada a pagar indenização ao trabalhador que sofreu a referida lesão em sua dignidade, nos termos do artigo 223-A e seguintes, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). CP

### Site:

[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_3B22774AB4A24BCCB29D76D80850492D8161F260D0EE251B1065BD75CE3D05106D33D9E03D05F221AE4A9653B0CCC0F6ECBB6D43EEEA850E0D585EE00466F5325EEEF67E05ED32B05C68489AF1106E0F4676837F3F6A75E74E008DAC1447F36142464076496F74B40A3023D646455E5695DF84D4997D24C8BDC310180E14](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_3B22774AB4A24BCCB29D76D80850492D8161F260D0EE251B1065BD75CE3D05106D33D9E03D05F221AE4A9653B0CCC0F6ECBB6D43EEEA850E0D585EE00466F5325EEEF67E05ED32B05C68489AF1106E0F4676837F3F6A75E74E008DAC1447F36142464076496F74B40A3023D646455E5695DF84D4997D24C8BDC310180E14)

# Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 22/01/2024 - 07:01  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (22) a parcela de janeiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 685,61. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,12 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,48 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 3,7 milhões de famílias foram canceladas do programa em 2023 por terem renda acima das regras estabelecidas pelo

Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 2,85 milhões de famílias foram incluídas no programa no ano passado. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,4 milhões de famílias estão na regra de proteção em janeiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 373,07.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

# Ministra afirma que reforma administrativa "punitiva"

**ANA DUBEUX, ROSANA HESSEL E DENISE ROTENBURG**

Depois de 24 horas da abertura das inscrições para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), 217 mil pessoas se candidataram para concorrer a uma vaga para o chamado Enem dos Concursos. A corrida para conquistar um posto conta com uma torcida de peso: o próprio servidor público. "Os servidores estão exaustos e sobrecarregados", revela a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em entrevista exclusiva aos Diários Associados, ao fazer um balanço do primeiro ano à frente da pasta.

O Concurso Unificado é uma das etapas do processo de reforma administrativa que a ministra afirma que já está em curso desde a criação do ministério pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e será um processo permanente. Apasta está preparando um pacote de medidas para substituir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que trata da reforma administrativa do governo anterior.

A ideia é apresentar um pacote com três eixos, no início de fevereiro, após o fim do recesso parlamentar. Para ela, a PEC que está no Congresso é ruim para fazer uma verdadeira transformação do Estado brasileiro, pois é punitiva. "Não é preciso uma reforma constitucional", ressalta. "A reforma administrativa que está no Congresso é muito focada em pessoal e numa lógica punitiva. Foi uma proposta que chegou lá sem diálogo, nem com servidores, nem com a sociedade e nem com o Parlamento", critica a ministra.

Segundo ela, uma das propostas mais urgentes dessa pauta é a retomada do projeto de lei dos supersalários. "Não chamamos de reforma administrativa, mas de transformação do Estado. Na verdade, a nossa reforma administrativa começou quando o presidente Lula decidiu criar o Ministério da Gestão. E, na transição, criamos essa secretaria extraordinária". acrescenta

A ministra lembra que, desde 2016, o Estado perdeu 70 mil profissionais. Para ela, o que aparentemente poderia ser uma economia de recursos pode ser um prejuízo para a população. "O Estado é para servir à população, ele tem que ser eficaz e eficiente, tem que ser ágil, não tem que ser grande, mas deve ter o tamanho necessário", diz.

Parte da transformação defendida pela ministra é a recomposição salarial e de benefícios. Em 2024, a proposta é ter aumento real para a maioria dos servidores, com renda mensal de até R\$10 mil. Além disso, ela aponta que os 9% de reajuste concedidos em maio de 2023 ainda têm impacto neste ano e, até o fim do mandato, a correção chegará a 18%, superior à **inflação** estimada para o período, de 16,5%. Na proposta, haveria espaço orçamentário para conceder outro reajuste salarial em 2025 e em 2026, de mais 4,5% em cada ano. "Mais do que a gente está propondo é muito difícil", afirma.

De acordo com a ministra, o processo de reestruturação das carreiras do governo teve início com a Funai, mas vai contemplar outros órgãos como Ibama, Banco Central, Educação, Saúde, entre outras. Cada órgão terá o próprio projeto que poderá constar na proposta alternativa da reforma que ela pretende discutir com o Congresso. "Uma das coisas que ajudam muito o servidor é a chegada de novos para dividir o trabalho que está muito pesado. Acho que, ter essa retomada de diálogo, ter espaço de negociação, ter tido 9% de reajuste no ano passado e ter a previsão de chegada de novos colegas são coisas que devem animar todos os servidores", diz a ministra.

A ministra informou ainda que o governo aguardando a proposta completa dos sindicatos dos servidores para apresentar uma contraproposta para os benefícios que o governo dará aos servidores este ano. Embora considere difícil avançar em termos salariais, o governo trabalha com a reestruturação das carreiras no serviço público. "Já tivemos várias. As pessoas marcaram muito a área de segurança, que foram as polícias, no finalzinho do ano passado, mas a primeira foi a Funai. O pessoal da Funai trabalhava junto com o do Ibama e ganhava quase a metade. Então, na verdade, aproximamos os servidores da Funai das carreiras ambientais, que era o correto", explica Esther Dweck.

Ainda de acordo com ela, havia carreiras, como a de analista de TI com salários defasados e fuga de pessoal para o setor privado. "Não fica ninguém. Essa é uma carreira administrada aqui pelo ministério. Temos a gestão da carreira, pela Secretaria de Governo Digital, mas os servidores trabalham na Esplanada inteira, nas áreas de TI". Ela lembra que

das áreas de infraestrutura, política social e TI, é a política social que tem a maior quantidade de vagas abertas (500). "Essa leva, na verdade, foi bem emergencial que eram nessas quatro carreiras. E fomos abrindo as demais na sequência", disse a ministra ao revelar que há hoje 21 negociações sobre carreiras no governo.

## RECLAMAÇÕES NO SUS

9

O balanço do atendimento à população da Ouvidoria do SUS, no ano passado, registrou 72.333 manifestações dos usuários. Metade desses contatos se refere a denúncias e demandas, cerca de 36 mil. São questões que envolvem atendimento precário na ponta, casos de consultas, tratamentos, medicamentos, internações, diagnósticos e dificuldade de acesso a especialistas. Se comparado com os anos do governo passado, o registro de denúncias em 2023 é bem inferior. No último ano do governo Bolsonaro, em 2022, a Ouvidoria recebeu cerca de 121 mil demandas. No ano anterior, em 2021, foram 134 mil, e perto de 110 mil em 2020, ano que estourou a COVID-19 no país e no mundo. É preciso fazer essa ressalva. Os percentuais de resolutividade, porém, que significa dar o encaminhamento da queixa, na gestão passada, variou, nesses anos, de 54% a 79%.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Com indústria estagnada no mundo, Brasil sobe no ranking

**Marcelo Osakabe**

Mesmo registrando contração em sua produção fabril pelo terceiro trimestre consecutivo, a indústria brasileira subiu 20 posições no ranking global de desempenho da produção física, elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Ainda assim, a indústria nacional segue longe dos primeiros lugares. O país subiu da 78ª para a 58ª posição na edição mais recente do ranking, referente ao terceiro trimestre do ano passado e elaborado a partir de dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido, na sigla em inglês). A melhora ocorre mesmo com uma queda de 0,9% da indústria manufatureira no período, na comparação com igual período de 2022.

Essa situação aparentemente contraditória é explicada quando se olha o panorama global da manufatura, que patina - no agregado, a produção no mundo cresceu apenas 0,4% no período. Já a quantidade de países que entraram no vermelho cresceu. Dos 115 países participantes do levantamento, 57% dos registraram contração de sua produção física no terceiro trimestre de 2023, ante 23% no mesmo período de 2022.

Nações importantes, que ocupam posição de destaque nos rankings de valor agregado, tiveram desempenho pior que o brasileiro e ficaram abaixo do país no ranking do período, como Alemanha (67ª posição), Coreia do Sul (76ª), Itália (81ª) e Japão (84ª).

"O que é de particular do Brasil é que a produção local pisou mais forte no freio. Desde o terceiro trimestre de 2021, o país tem resultado menores que o agregado mundial", nota o economista do Iedi, Rafael Cagnin.

Na dianteira do levantamento, está Macau (China), com alta de 58,2% em sua produção industrial no período - sempre na comparação com o mesmo período do ano anterior. Na sequência, vêm Belarus (14,1%), Mongólia (13,8%) e Bangladesh (12,7%). A Rússia também é destaque, com crescimento da indústria de 6,8%, a despeito dos embargos ocidentais, e ficou com a sétima posição no ranking.

Cagnin explica que a indústria global patina desde meados de 2022, em um contexto de aperto monetário

nas principais economias para lidar com a alta da **inflação**, o que provocou desaceleração do crescimento, mas também choques como a guerra na Ucrânia e no Oriente Médio, bem como alguns resquícios de gargalos de cadeias produtivas por causa da pandemia. Na Europa, onde a conjunção desses fatores afetou de forma mais intensa os países, a produção manufatureira caiu 1,7% no terceiro trimestre.

No recorte entre continentes, apenas a Ásia teve variação positiva no período, de 1,8%. A América do Norte contraiu 0,8%, e a América Latina, 1,4%. Na região, a Argentina ocupou a 81ª posição, com retração de 3% no período. Já o México, que tem recebido boa parte dos investimentos do "nearshoring" (busca de fornecedores mais próximos), ficou com a 43ª posição, ao ter alta de 0,4% no período.

Outro fator em que o Brasil difere do mundo é o recorte por intensidade tecnológica. Lá fora, são os setores de média-alta e alta tecnologia que puxaram o desempenho da indústria manufatureira, com alta interanual de 2,2%, puxado por atividades como setor automotivo (7,5%), equipamentos elétricos (4,6%) e computadores e eletrônicos (3,1%). Já o restante dos ramos recuou 0,7% no mesmo período.

"No mundo, esses setores se destacam justamente porque são neles que acontece o grosso da modernização produtiva ou tecnológica. Isso dá dinamismo em termos de colocação de novos produtos no mercado - como a indústria automobilística, que transita para modelos híbridos ou elétricos. Estes também são os setores que são beneficiados pela política industrial mais ativa em alguns países", nota Cagnin.

Já no Brasil, é a indústria de média-baixa tecnologia que tem puxado a produção, com alta de 3% no terceiro trimestre. São destaque nestes setores a produção de alimentos, bebidas e fumo (1,3% e 4,8%, respectivamente) e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (2,7% e 6,2%).

A indústria local de média-alta tecnologia, por sua vez, recuou 8,1%. Faz parte desse segmento a produção de carros, que registrou queda de 12,1% no período após o pacote de ajuda do governo no primeiro semestre.

"São setores que conseguem capturar parte da competitividade das commodities. Mas não é apenas isso. Ao terem cadeias mais curtas, também são menos penalizados pela falta de investimentos e pelo ambiente geral que prejudica a competitividade das indústrias de maior intensidade tecnológica, seja por questões mais estruturais, como a tributária, seja por causa dos juros altos, que encarece o crédito ao consumidor."

Apesar desse quadro, o economista nota que 2024 começa com uma perspectiva mais favorável para a indústria, tanto pela continuidade do processo de queda dos juros, que deve chegar ao crédito ao longo do ano, como pelo quadro robusto do emprego e pela **inflação** controlada, aliado a questões mais pontuais, como o programa de renegociação de dívidas.

Do lado das empresas, algumas iniciativas carecem de tempo para começar dar frutos, continua, como no caso da **reforma tributária** ou das medidas do governo federal dentro do plano de reindustrialização do país.

Outras, como um BNDES voltando a ter maior presença em linhas de crédito para o desenvolvimento produtivo e a inovação, podem contribuir mais rapidamente com um cenário mais favorável para a indústria local. "Essas previsões de começo de ano são complicadas, mas as sinalizações que temos para este ano são positivas", resume.

No Brasil, é a indústria de média-baixa tecnologia que tem puxado a produção

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769?page=1&section=1)**

# Mercado mantém visão otimista com o real

**Arthur Cagliari e Victor Rezende De São Paulo**

Mesmo que o Federal Reserve (Fed) não comece a reduzir os juros em março, o ambiente de taxas mais baixas nas economias avançadas deve dar apoio ao real, que é sustentado, ainda, pela melhora da balança comercial e pela postura cautelosa adotada pelo Banco Central no processo de cortes da Selic. O otimismo se reflete na posição vendida em dólar (aposta na queda da moeda) dos fundos locais, que se mantém em níveis recordes, o que contrasta com a postura conservadora do investidor estrangeiro neste início de ano.

"Desde o início de dezembro, a indústria está com um viés mais positivo para o real", observa o gestor Eduardo Cotrim, da JGP, ao se referir à posição vendida em dólar do investidor institucional local via derivativos (dólar futuro, swap cambial, cupom cambial e dólar mini), que estava em US\$ 16,01 bilhões na quinta-feira, de acordo com dados da B3. "Ainda tenho um viés otimista para o real, porque temos fatores para acreditar que veremos sobra de dólares no Brasil." Do começo do ano até o fechamento dos negócios de sexta-feira, o dólar acumulou alta de 1,53% ante o real. O comportamento do câmbio doméstico tem sido baseado, em particular, na dinâmica externa, no momento em que as discussões sobre o início do ciclo de flexibilização monetária do Fed têm tido impacto relevante nos juros americanos de curto prazo. Na visão de profissionais consultados pelo Valor, há motivos para acreditar que, à frente, o câmbio deve voltar a se valorizar.

"Eu estou na linha de que não vamos ver queda de juros nos EUA em março e isso, em tese, é algo que fortalece o dólar. Atrapalha um pouco, mas, quando eu olho os dados de balança comercial, balanço de pagamentos e o BC mais cauteloso, ainda vejo um ambiente bom para a moeda", diz Cotrim.

Ele afirma que parte da posição comprada da JGP em real se dá contra o dólar e outra parte, contra o euro. "Se tivermos um dólar mais forte no mundo, isso ajuda a dar uma balanceada", afirma o gestor.

O fluxo cambial é um fator positivo que tem papel de destaque na visão do gestor. Até o dia 12 de janeiro, o câmbio contratado acumulou no ano uma entrada líquida de US\$ 3,575 bilhões, segundo dados do BC. "O problema é que, nos últimos dias, os juros começaram a abrir [subir] lá fora", observa Cotrim, ao apontar, ainda, para dados mais fortes da economia

dos EUA, como as vendas no varejo de dezembro e o número semanal de pedidos de seguro desemprego, que veio muito abaixo do esperado. "Tudo isso ajuda a fazer com que o dólar fique um pouco mais forte." A alta do dólar contra o real não é exclusiva do mercado doméstico. O índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de outras seis moedas principais, subiu 0,82% na semana passada, para 103,24 pontos. Além disso, a divisa americana também acumulou ganhos contra moedas emergentes.

Diante dos dados mais fortes da economia americana que têm sido vistos, Bruno Marques, sócio e cogestor dos fundos multimercados da XP Asset Management, acredita que o dólar pode ser beneficiado momentaneamente, mas, para o ano, a expectativa continua a ser de corte de juros, o que deve apoiar os ativos de risco. "Não quer dizer que vai ser um movimento de linha reta. De todo modo, continuamos otimistas com o real." Neste começo de ano, o ajuste no câmbio tem se dado, em especial, pelo investidor estrangeiro. A posição comprada em dólar (aposta na alta da moeda) via derivativos pelos estrangeiros renovou recorde e, na quinta-feira, estava em US\$ 65,72 bilhões, um aumento de US\$ 11,39 bilhões somente em 2024, de acordo com dados da B3.

Com uma visão que se baseia em um cenário externo construtivo ao longo do ano, a XP Asset aproveitou o fim do ano passado, com a saída sazonal de dólares via fluxo financeiro, para aumentar a posição comprada em real, segundo Marques. Além do cenário externo, ele menciona os números robustos das contas externas, em um desempenho positivo que deve se fazer presente novamente em 2024.

Assim, mesmo com a perspectiva de um diferencial de juros menor entre Brasil e EUA, Marques acredita que a situação atual é diferente do último ciclo de flexibilização monetária no país, entre 2018 e 2020. "É claro que o menor diferencial de juros à época acabou atrapalhando o real, mas havia outros fatores que tiveram relevância para essa desvalorização, como a Petrobras recompondo seu balanço, ao comprar dívidas externas e mandar quase US\$ 40 bilhões para o exterior", diz o gestor, ao lembrar, ainda, do impacto do "overhedge" dos bancos no período, quando o dólar chegou a ultrapassar R\$ 5,80.

"Havia um fluxo de saída que não tinha relação com o diferencial de juros e, agora, não temos mais isso", pondera Marques. "Quer dizer que voltaremos a juros tão baixos? Não, mas, com um ambiente externo mais

favorável, poderemos ter uma Selic a 8%." O risco de uma mudança na postura do Fed ao longo do ano na condução da política monetária nos EUA também é citado pelo gestor Daniel Gordonos, da Vinci Partners. Ele, porém, acredita que, com a indicação do Fed de que os juros americanos já atingiram o pico, o real "parece estar bem posicionado", especialmente ao se observar os fatores domésticos, que dão sustentação a um bom desempenho da moeda brasileira. A Vinci tem posições compradas em real e vê chance de aumentar a exposição.

Na visão de Gordonos, mesmo que a balança comercial não apresente a mesma robustez do ano passado, o real deve continuar sustentado, diante da expectativa de que o superávit comercial deste ano não seja tão distante dos números de 2023. "O investidor-e não só aquele de mercado, mas o de investimento direto-quer saber se a moeda terá estabilidade ou se ela pode sofrer uma grande desvalorização. E uma redução de superávit, desde que não seja uma deterioração expressiva, não altera essa estabilidade", afirma.

Além disso, a condução da política fiscal e da política monetária é um fator positivo para o câmbio, na avaliação do gestor da Vinci. "Por mais que tenhamos esses ruídos que vemos no noticiário, na prática ambas as políticas estão sendo conduzidas de forma consistente. Não vemos voluntarismo do BC e, na questão fiscal, ainda que haja debates, as coisas estão bem ancoradas", afirma. "Com essa política econômica previsível e uma balança comercial muito positiva, eu diria que, ao longo do tempo, o real deveria se beneficiar disso." E é com base na indicação de que os riscos políticos e fiscais "parecem contidos" no Brasil que as estrategistas Gisela Brant e Tania Escobedo, do J.P. Morgan, mantêm recomendação "overweight" (acima da média) para o real. O banco americano, além disso, detém em seu portfólio posições compradas em real contra o peso colombiano.

Na visão das estrategistas, as perspectivas para 2024, após um período de incertezas políticas e fiscais, "parecem benignas". Entre os fatores citados por elas estão a manutenção da meta de resultado primário deste ano em 0% do **PIB**; a aprovação da **reforma tributária**; e os efeitos agregados das **reformas econômicas** desde 2016.

Embora os riscos relativos à política do Fed ainda estejam no topo da lista dos investidores, potenciais impactos da eleição presidencial americana também já começam a ser citados por participantes do mercado. "É um ingrediente que pode atrapalhar um pouco posições vendidas em dólar contra moedas emergentes", observa Cotrim, da JGP.

"Coincidentemente, um dia após as prévias republicanas em Iowa, onde o [ex-presidente americano Donald] Trump saiu vencedor, a moeda mexicana performou muito mal. É um sinal ruim para emergentes", alerta. "O timing foi surpreendente. Se o mercado começar a operar a eleição americana, pode não ser legal para as moedas emergentes. É um risco para a posição comprada em real."

"Quando eu olho os dados de balança comercial e o BC mais cauteloso, vejo um ambiente bom para o real"  
Eduardo Cotrim

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187769>

# Fundo exclusivo muda foco após "come-cotas"

**Adriana Cotias e Rita Azevedo De São Paulo**

Com a taxaço dos fundos fechados exclusivos ou restritos a poucos investidores, novos arranjos vão pautar as estruturas usadas por famílias ultrarricas e de investidores profissionais em 2024. Segundos executivos da área de gestão de fortunas e de "private banking", a tendência é haver o desmonte de muitas dessas estruturas, mas não vai ser o fim do segmento porque esses veículos preservam alguns atributos únicos, importantes na governança familiar e na sucessão patrimonial.

No ano passado, esses veículos tiveram resgates líquidos de R\$ 20,4 bilhões, segundo a Anbima, associação que representa o mercado de capitais e de investimentos. Parte dessa movimentação pode estar associada a alguma antecipação à Lei 14.754, sancionada pelo presidente Lula em dezembro, mas o grosso dos ajustes é esperado para este ano. No conjunto, os fundos restritos ou reservados reúnem cerca de R\$ 750 bilhões, segundo estimativas do governo.

Os fundos locais usados para gestão patrimonial, que antes podiam diferir o Imposto de Renda (IR) a perder de vista, passarão a ter o regime de "come-cotas", o imposto semestral que incide nos fundos abertos de renda fixa, multimercados e cambiais. Os de curto prazo, pela alíquota de 20% e as carteiras de longo prazo, a 15%. Já as estruturas no exterior vão recolher 15%.

Todas as fontes consultadas relatam que 100% dos clientes aderiram à antecipação do IR sobre lucros acumulados pela alíquota diferenciada de 8% - um desconto de mais de 45% que o governo previu na legislação para ter um adicional de receitas já em 2023. Como o pagamento pode ser feito em quatro parcelas, de dezembro a março, novas cisões e migração devem ocorrer de forma mais intensa após a quitação da obrigação com o Fisco. Para qualquer revisão feita agora, o investidor teria que pagar o débito em aberto.

O primeiro come-cotas sob a égide da nova lei vai ser em 31 de maio, incidindo sobre a rentabilidade acumulada entre 1- de dezembro de 2023 e o fim de maio. A partir deste ponto, acaba o benefício do diferimento. Não por outra razão esse é um tema que

começou o ano quente no setor, diz Mareio Renato Ribeiro, superintendente-executivo de planejamento patrimonial do Bradesco Global Private Bank.

"Como o estoque diferido foi atualizado, as famílias em geral estão neste debate: "o que faço? Continuo com o fundo ou, dependendo do tamanho, transformo em três?" Na verdade, pode manter algum volume no exclusivo, migra um pedaço para previdência e outro para de-bêntures incentivadas; não precisa ser uma estratégia única", diz.

Trata-se de uma mudança relevante na riqueza construída pelas famílias, que por anos a fio tiveram o retorno sobre os ativos amplificado pelo fato de não pagarem o come-cotas no meio do caminho. Como o tema tomou o calendário de 2023, dentro do banco entre 60% e 70% dos fundos fechados exclusivos e reservados passaram ou estão em processo de reorganização, diz Bruno Amaral, executivo responsável pelo time de aconselhamento do private do Bradesco. "O destaque maior tem sido a previdência. [O desconto] foi uma baita oportunidade para quem vinha postergando as decisões para revisitaras suas estruturas." Mas o fundo fechado não deixa de ter a sua funcionalidade. Para quem só olhava o aspecto fiscal, há alternativas, mas sob aspecto da governança familiar continuará sendo um instrumento útil.

"Vai ser ainda necessário para um planejamento sucessório, a exemplo de uma doação de cotas com reserva de usufruto que só é possível num fechado", afirma Natalia Destro, chefe da área de planejamento patrimonial do Julius Baer Family Office. "Se os ativos estiverem todos na pessoa física há uma dificuldade grande para a sucessão, cada ativo tem um vencimento, uma complexidade." Além disso, a compensação de lucros e perdas permanece, o que na pessoa física o investidor não consegue fazer.

Ribeiro, do Bradesco, acrescenta que juridicamente o fundo fechado é o único que permite incluir cláusulas protetivas em cima das cotas doadas. Uma delas é que o patrimônio do beneficiário não se comunica, por exemplo, com o de um cônjuge na eventualidade de um divórcio. O bem também não pode servir de garantia em operações de crédito, além de ser possível colocar uma regra de reversão, no caso de um herdeiro falecer antes do titular da fortuna, com a

cota voltando automaticamente para o dono original sem passar por inventário.

"Esse conjunto só funciona por um prazo longo, indeterminado, se os recursos estiverem empacotados dentro de um fundo fechado", diz Ribeiro. "Continua sendo importante, inclusive do ponto de vista de quem está atrás de retornos maiores olhando para a diversificação." Em outro grande private bank, a recomendação é não ter pressa para tomar decisões complexas. "Quanto custaria pagar o come-cotas em maio e novembro? Projetando-se um retorno de 12% ao ano, em dez anos seriam 7 pontos básicos. É melhor tomar uma decisão consciente olhando o todo do que correr para uma estrutura que pode ser ineficiente", diz o representante da instituição, que pediu para não ser identificado.

Ele conta que alguns clientes grandes cindiram as posições de renda variável em multimercados restritos para fundos de ações, outros preferiram carregar ativos de crédito na pessoa física e que a previdência não é uma saída para todo tipo de ativo. Um fundo aberto de multimercado teria que render entre 0,9 e 1,2 ponto percentual a mais para compensar o come-cotas em dez anos. Multimercados com alta volatilidade costumam proporcionar um retorno superior de 5 pontos. "A alavancagem permitida fora da previdência é incomparável." Esse executivo diz ainda que a previdência, mesmo com a tributação menor, de 10%, após dez anos, se encaixa melhor para produtos de baixo valor agregado, como nos fundos passivos de Ibovespa ou com Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B). Já o fundo fechado exclusivo/restrito preserva os direitos políticos por mais que o titular faça doações. O que muda é que não vai mais carregar de 10% a 20% em caixa para operações táticas. Essa liquidez vai ficar fora da estrutura e será aportada conforme a necessidade. "Um grande volume de capital se movimentava dentro dos fundos exclusivos, eles vão perder patrimônio, mas vão sobreviver." Outra questão que pesa na decisão de manter ou não o fundo fechado é a possível majoração do imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD), destaca Mari Emmanouilides, sócia e corresponsável pela área de wealth management da Galapagos Capital. "Você transmite cotas de um fundo fechado para os seus herdeiros e recolhe o ITCMD, que hoje está com uma alíquota boa, de 4% aqui em São Paulo. Isso vai ser mexido ao longo do ano." O que se discute, lembra, é taxar mais as heranças de maiores volumes, podendo chegar a 8% como em outros Estados. "A doação faz com que patriarcas e matriarcas, os detentores do poder patrimonial, não percam a gestão do fundo e o usufruto da renda." A executiva diz que outro ponto a favor do fundo exclusivo/restrito é a confidencialidade dentro do mercado financeiro. "E ele tem uma

eficiência fiscal mesmo sendo aberto, mesmo com o come-cotas", afirma. Toda vez que o investidor faz movimentações dentro do fundo, ele não sai da alíquota mais baixa e volta para a mais alta. Somente se resgatar, de fato, vai pagar o imposto de 15% no veículo de longo prazo.

"Parece que não, mas vai juntando vários benefícios e enxerga o potencial que existe, dependendo do volume - R\$ 50 milhões, R\$ 80 milhões, R\$ 100 milhões-um fundo aberto, um fechado, um de previdência, uma carteira administrada de títulos incentivados." No rol de alternativas que têm sido estudadas, Destro, do Julius Baer, cita a transferência de parte dos recursos para carteiras que ainda preservam o diferimento tributário sem o fantasma do come-cotas.

Ativos de crédito estruturado podem ser, por exemplo, acomodados em fundos de recebíveis (FIDC) ou de debêntures de infraestrutura; ações, em veículos dedicados, cujos ganhos de capital são tributados apenas no resgate à alíquota de 15%. O "private equity" (FIP) pode receber parcela de participações em investimentos ilíquidos. A previdência também deve ser um dos destinos, e carteiras administradas são uma opção para títulos de crédito isentos.

Sem as amarras do fundo fechado há uma revisão das próprias alocações em curso. Como não vai mais haver diferença entre a tributação de ativos mantidos no Brasil ou no exterior, há demanda para remeter ou repatriar recursos, conta Destro. "Com o dinheiro dentro do fundo fechado, o investidor não tirava porque seguia diferindo o IR dele. Agora, como não vai mais ter esse benefício, está mais livre para repensar a estratégia, se faz sentido ter mais dinheiro lá fora ou não", completa.

Marcos Papaterra, diretor comercial da TAG Investimentos, lembra que há fundos com resgate em 30 dias, mas outros com uma carência longa, de 360 dias para o saque a partir do pedido do investidor. Com isso, para desmontar estruturas, desinvestir, ele estima uns seis meses. Algumas famílias podem transformar seus exclusivos/restritos fechados em condomínio aberto.

"Ninguém está numa sangria desatada pra fazer isso agora. Eles vão preferir pagar essas parcelas até março e depois começar o processo. Enquanto isso, o que estão fazendo é pedir resgates das carências longas. Dessa forma, conseguem criar liquidez. Não adianta tornar o fundo aberto agora e recolher imposto se você tem um monte de carência", diz Papaterra. Se o investidor não for usar mais o benefício do fundo fechado, que era para não ter o come-cotas, vale a pena abrir.

Migração de estruturas fechadas mira títulos de dívida incentivada

O mercado de títulos incentivados é um dos que devem ter um fluxo positivo neste ano, ampliado pelo esvaziamento dos fundos fechados exclusivos e reservados, segundo Marcos Papaterra, diretor comercial da TAG Investimentos.

"A partir do momento que você perde o diferimento de imposto, o investidor vai buscar alternativas isentas, como debêntures de infraestrutura, letras e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI, EGA, CRI e CRA), fundos imobiliários e Fiagro", lista. Os spreads de crédito tendem a se comprimir.

Grosso modo, os fundos patrimoniais têm gestão semiativa ou passiva e investem em renda fixa (títulos públicos e crédito corporativo não isento), em fundos multimercados disponíveis nas plataformas, além de produtos que algumas casas específicas oferecem para esse público, disse Odilon Costa, estrategista de renda fixa e crédito privado da gestora de patrimônio do Grupo SWM.

"O que a gente viu é a soma de algumas coisas que favorecem a alocação dos fundos em outras classes de ativos, como os isentos. Uma delas é a fraquíssima performance dos fundos multimercados nos últimos meses." Costa conta que até o fim de 2023 recebeu muitos questionamentos sobre o que fazer e agora no início do ano a demanda é para desmontagem ou cisão dos fundos. "É impossível quantificar quanto da indústria vai ser desmantelada, mas se a gente fizer um exercício considerando que 10% dos fundos exclusivos irão para isentos, seja por meio de investimento direto, carteira administrada ou fundos de infraestrutura, pode haver uma demanda relevante de R\$ 60 bilhões a R\$ 100 bilhões a mais." No multi-family office Douro Capital, o uso de fundos exclusivos/restritos atendia a uma parcela pequena de clientes que tinham a necessidade de organizar a governança familiar e sucessória ou para aquelas que queriam carregar ativos de maior volatilidade dentro de uma casca, de um veículo, que fizesse mais sentido em termos tributários, diz o sócio da gestora Gustavo Dias. "Há famílias que querem colocar liquidez em nome dos filhos, mas não a possibilidade de eles resgatarem esses recursos. Nesse caso, o fundo exclusivo é interessante por conseguir amarrar regras de resgate." O executivo diz esperar, de qualquer forma, um desmonte de fundos já que as famílias vão pagar o imposto. "Não há uma urgência, mas o comecotas já está contando. Pelo desenho da lei, foi provisionado nos fundos o pagamento dos **impostos** do ganho acumulado até dezembro de 2023 e, a partir de janeiro, toda valorização passou a ser taxada. Não

tem pressa, mas várias famílias já começam agora a desmontar as estruturas, o que deve durar este primeiro trimestre." Ele vê uma grande migração para a previdência, que além do imposto menor no longo prazo tem a sucessão assegurada sem passar por inventário e tem o benefício da portabilidade. A previdência também permite que o titular da riqueza troque o fundo em que está investindo sem ter que resgatar o dinheiro e pagar imposto.

Dias acrescenta ver demanda para fundos de debêntures incentivadas, com vários veículos sendo criados, e a busca por carteiras de ações. "De maneira geral, o brasileiro não tem parcelas expressivas em renda variável. Dentro de fundos exclusivos, fazia mais sentido ter. A renda variável representava de 15% a 20% do patrimônio da maioria dos exclusivos."

"As famílias estão neste debate: o que faço? Continuo como fundo ou transformo em três?" Mareio Renato Ribeiro

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187769>

# Golpistas miram MEIs e pequenas empresas

**Leticia Lopes [leticia.lopes@oglobo.com.br](mailto:leticia.lopes@oglobo.com.br)**

Tentando impulsionar seus negócios, muitas vezes ainda em fase de estruturação, microempreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenas empresas precisam lidar ainda com obstáculos que vão além das dificuldades de se colocar um empreendimento de pé: a ação de golpistas.

Os pequenos empreendedores são alvo de diversos tipos de fraude - como as que simulam cobranças e outras em que os criminosos se passam até pelo governo no processo de abertura das empresas (leia mais no quadro abaixo) -, mas uma modalidade que vem acumulando vítimas é que a envolve a contestação das compras pelos clientes.

Funciona assim: depois que o produto é entregue, o consumidor entra em contato com a instituição financeira dizendo que não reconhece a compra. Segundo vítimas e advogados que acompanham casos do tipo, as intermediadoras de pagamento entram em contato com as empresas para ouvir o outro lado, mas, em geral, dão razão aos clientes, e o prejuízo fica para o pequeno negócio.

A ação acontece tanto por má-fé do próprio consumidor ou por atuação de fraudadores usando cartões clonados.

Nestes casos, o prejuízo tende a ser sentido de maneira mais intensa pelas micro e pequenas empresas do que em outros golpes, principalmente quando observada a proporção das perdas frente ao faturamento do negócio.

É o que observa o empresário Pedro Albuquerque, dono de uma marca que vende lareiras elétricas em plataformas de e-commerce. Em pouco mais de três anos de atuação, ele já foi vítima de seis fraudes do tipo, com prejuízos que passam de R\$ 5 mil. No caso mais recente, foram R\$ 900 perdidos.

- Um suposto cliente comprou a lareira e depois fez uma reclamação como se não tivesse recebido o produto.

A plataforma deu razão a ele e me deixou no prejuízo - conta: - O dano para gente que é pequeno é muito maior do que uma grande marca. O risco do pagamento acaba ficando todo com a gente. Em 2021, quando a empresa tinha um ano, eu sofri o primeiro golpe, a empresa ainda estava começando.

Foi um impacto imenso.

R\$ 5 mil de prejuízo

O advogado Bruno Sion tem notado um aumento no número de casos do tipo, em diferentes tipos de negócios.

Um dos clientes dele é o dono de uma loja on-line que vende moedas virtuais de jogos eletrônicos, como EA FC. O microempreendedor teve um prejuízo de R\$ 5 mil após um mesmo cliente contestar uma série de compras feitas com diferentes cartões de crédito.

A Mercado Pago, intermediadora das transações, pediu à empresa uma comprovação de que os produtos foram entregues, mas, de acordo com o empresário, não aceitou as provas apresentadas pela loja.

- Se clonaram o cartão, a responsabilidade é do banco e da intermediadora.

Mas quem fica com o prejuízo somos nós. Qual o sentido disse? - afirma o microempreendedor, que preferiu não se identificar.

Em nota, a empresa informou que está em andamento uma negociação com a operadora do cartão do comprador, com prazo de resolução de até 140 dias, e que "assim que finalizada a negociação, o cliente será informado".

"Quando uma compra é contestada, o dinheiro do pagamento é retido até que o problema seja resolvido e o Mercado Pago gerencia o caso junto com a instituição emissora do cartão", diz o texto.

Para prevenir, contato com o cliente e atenção aos contratos

Para se prevenir de novos prejuízos, a saída encontrada por Albuquerque, da marca de lareiras, tem sido manter contato com o cliente até a confirmação da entrega: - Falo pelo próprio chat das plataformas onde vendo os produtos, porque se acontecer algo, tenho uma comprovação mais robusta. É uma forma de me precaver.

A estratégia é endossada pelo professor da Escola de Negócios (IAG) da PUC-Rio Marcos Caiado. Ele observa que isso pode auxiliar o empresário na hora

de justificar junto à operadora a má-fé do suposto cliente em caso de contestação indevida.

- Para minimizar os golpes, recomendo que se verifique a identidade dos compradores antes do envio da mercadoria, especialmente em transações de alto valor.

Isso pode ser feito por meio de um contato pessoal após a venda, e antes do envio da mercadoria - orienta: - Nessa oportunidade, o comerciante pode pedir alguns documentos que reforcem segurança da venda, como comprovante de residência em nome do cliente.

Caiado aconselha ainda que a equipe da empresa seja treinada para reconhecer sinais de possíveis fraudes, estando atenta a padrões incomuns de compra, como múltiplas transações de alto valor em um curto período de tempo, o que pode indicar atividade fraudulenta.

- Por fim, embora não seja barato, é possível também investir em um seguro contra fraudes para se proteger contra perdas financeiras em caso de golpes bem-sucedidos - diz.

Para quem é vítima, o primeiro passo deve ser registrar o caso na polícia e buscar uma solução administrativa junto à empresa intermediadora do pagamento.

Sem sucesso, o caminho é a Justiça, como explica o professor de direito da FGV Fernando Eberlin.

Ele explica ainda que, no caso do cliente agindo de má-fé, a relação que existe entre a empresa e o cliente é de consumo. Desta forma, o direito dele de contestar a compra não é garantido, porque a boa fé precisa ser dos dois lados.

- Já nessa relação ao golpe, é uma outra discussão, porque você está falando de um consumidor do outro lado.

E aí é como uma pessoa física que sofre um golpe - afirma.

- Para tentar se precaver, esse empreendedor precisa entender os meios de pagamento que ele contratou e entender nos contratos quais são as garantias que ele têm. E se essa relação pode ser lida como uma relação de consumo. Se houver uma expectativa de segurança, essa expectativa precisa ser honrada.

Pedro Albuquerque empresário

CONHEÇA OUTROS GOLPES

ABERTURA DE MEI Recorrentemente golpistas criam páginas falsas que se passam pelo portal de formalização do MEI, da plataforma Gov.br, e induzem o empreendedor a acreditar que é preciso pagar uma taxa para abrir a empresa. Mas atenção: o processo é gratuito.

.....

RETIFICAÇÃO NA DECLARAÇÃO DO SIMPLES Em outra modalidade, os fraudadores enviam e-mails solicitando que sejam feitas correções na Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN SIMEI) ou informando sobre pendências na declaração de Imposto de Renda. Eles aproveitam para incluir links maliciosos a fim de ter acesso aos dados pessoais e bancários. O Sebrae orienta que o empreendedor deve sempre observar o endereço de e-mail de onde as mensagens foram enviadas.

Vale lembrar que a **Receita Federal** não entra em contato por e-mail sem o aval do contribuinte, e que todas as comunicações são realizadas por meio do Portal e-CAC.

.....

DAS VIA PIX Outra fraude envolvendo o DAS do Simples é aquela em que golpistas enviam mensagens aos empreendedores, geralmente via WhatsApp, sobre supostos descontos em **tributos** em caso de pagamento via Pix.

No fim de 2023, a **Receita Federal** esclareceu que não envia boletos ou DAS para pagamento por e-mail ou WhatsApp, e também não condiciona a concessão de isenções ou reduções de multa e juros em caso de pagamento instantâneo. O Fisco reforçou que a emissão da DAS ou da DAS-MEI para pagamento de débito ocorre via Portal do Simples Nacional ou Portal e-CAC.

.....

EMPRÉSTIMO FALSO Criminosos entram em contato via WhatsApp, SMS ou redes sociais e fazem propostas de supostos empréstimos vantajosos, com juros mais baixos do que os praticados no mercado. A mensagem enviada costuma ter um link que direciona a vítima para uma página de envio de documentos pessoais, cujos dados acabam sendo usados em fraudes.

.....

COBRANÇAS INDEVIDAS Os fraudadores enviam cobranças indevidas, por e-mail ou correspondência, como boletos de registro de domínio do negócio na

Internet (endereço de site) ou algum tipo de taxa de adesão à associação de classe, por exemplo. Os boletos, de valores baixos e com pagamento "facultativo", chegam a usar o logotipo da Caixa. O objetivo é arrancar dinheiro do empreendedor sem que ele desconfie.

Fonte: Sebrae

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# "Ações brasileiras serão destaque global em 2024"

**Eduardo Magossi De São Paulo**

As ações de companhias brasileiras deverão ser um dos destaques de 2024 no cenário global, dado o processo de cortes nos juros locais, alta exposição a commodities, múltiplos e "valuation" baixos e expectativa de crescimento nos lucros. A avaliação é de Ilan Furman, diretor de investimentos da casa de análise israelense Bridgewater.

Em entrevista ao Valor, Furman disse que o mercado brasileiro apresenta hoje uma combinação única de taxas de juros elevadas e ativos descontados. "Com a Selic em 11,75% e **inflação** controlada, o mercado brasileiro apresenta um baixo "valuation", sendo negociado a apenas oito vezes na relação preço sobre lucro", disse.

Para Furman, quedas nas taxas de juros, aliadas a um cenário fiscal e político relativamente estável, podem resultar em uma reavaliação múltipla. "Nomes importantes a considerar incluem Raízen e Equatorial, representando oportunidades de investimento com base nessa combinação de fatores favoráveis", afirma ele, que utiliza tecnologia baseada em inteligência artificial generativa para realizar análises de fundamentos de mais de 44 mil empresas globais.

"A plataforma da Bridgewater analisa os materiais públicos produzidos pelas empresas e, por meio de seu gerador de linguagem interno, elabora um relatório detalhado que destaca os pontos fundamentais", explica.

Na análise gerada para o cenário macroeconômico brasileiro, a perspectiva é estável. Segundo ele, os níveis de dívida bruta estão em 75% do **PIB**, o que é gerenciável considerando os ajustes fiscais planejados e as taxas de juros mais baixas. "O índice de ações do Brasil também está fortemente vinculado a commodities, como petróleo e ferro, setores atraentes por suas características de proteção contra a **inflação**, e a uma perspectiva apertada de oferta e demanda devido às contínuas interrupções no comércio." Furman aponta que, especificamente no Brasil, empresas nos setores de energia e matérias-primas destacam-se por sua base de ativos, baixo custo de produção e preferências de alocação de ativos, resultando em rendimento de dividendos elevados. "O setor financeiro do Brasil também é atraente,

considerando empresas muito lucrativas e a alta adoção de tecnologia financeira no país." O estrategista também lembra que o mundo está entrando em um ciclo de afrouxamento monetário e que juros mais baixos são um importante impulsor externo para ações de mercados emergentes, como o Brasil. "Quanto mais baixos forem os juros nos mercados desenvolvidos e nos investimentos de baixo risco, maior será o apetite por ações de mercados emergentes", diz.

Além das ações brasileiras, Furman destaca os setores de cibersegurança e de energia como bons investimentos em 2024. "No âmbito da cibersegurança, se prevê uma expansão significativa, maior que o crescimento do **PIB** global. Empresas como DocuSign, Zscaler e Paio Alto Networks apresentam uma combinação atraente de crescimento e receitas, posicionando-se como líderes nesse segmento em constante evolução." No setor de energia, a análise da Bridgewater abrange tanto as fontes tradicionais quanto as renováveis. As tensões geopolíticas em regiões produtoras de petróleo, como Rússia e Oriente Médio, tendem a impulsionar aumentos nos preços das fontes convencionais. Por outro lado, o segmento de renováveis permanece atraente, alinhado aos objetivos de energia limpa. Empresas como Shell, BP e Delek US oferecem perspectivas interessantes, com múltiplos atraentes e rendimento de dividendos acima de 3,5%, diz.

Segundo Furman, depois do crescimento expressivo observado em 2023 nos mercados de ações, o ano de 2024 pode ser mais volátil globalmente. "Os desafios que pesaram sobre os mercados em 2023 persistem em 2024, como juros ainda elevados, **inflação** e tensões geopolíticas." Além disso, há desafios adicionais a considerar para 2024, como a desaceleração do crescimento global e um ano de eleições para quase 50% da população global, observa.

A análise da Bridgewater indica que a inteligência artificial continuará a possibilitar a criação de valor em diversos setores. "O foco dos investidores até agora tem sido nos potenciais beneficiários de hardware e plataformas de IA, mas o impacto potencial pode se estender por diferentes setores. Por exemplo, algumas empresas podem se beneficiar significativamente com a melhoria das margens ao implementar ferramentas

de IA." Para o estrategista, portanto, a chave para 2024 é ser seletivo, cauteloso em relação aos valuations e aproveitar as quedas do mercado para construir posições em empresas de qualidade.

"Quanto mais baixos os juros no mundo desenvolvido, maior o apetite por ações de emergentes" Ilan Furman

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187769>

# Nova política industrial deve ser lançada hoje

A nova política industrial, que deve ser lançada hoje pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, prevê três grupos de "estímulo" do Estado ao setor produtivo, divididos em instrumentos financeiros (como linhas de crédito, subsídios e subvenções), melhoria do ambiente de negócios e o uso do poder de compra do setor público para alavancar "áreas estratégicas".

Em relação ao último, parte das decisões irá passar por uma comissão de ministros que vai definir, por exemplo, os setores nos quais o governo federal exigirá a aquisição de produtos e serviços nacionais, além do estabelecimento de margens de preferência - tendo os eixos do Novo PAC (Programação de Aceleração do Crescimento) como referencial.

As metas "aspiracionais" da política industrial, chamada de "Nova Indústria Brasil", serão aprovadas hoje pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que se reúne às 11h, no Palácio do Planalto. O documento que detalha as diretrizes, revelado pelo jornal FoDia de S.Paulo, e ao qual o jornal O Estado de S.Paulo teve acesso, traça estratégias com foco até 2033.

A política foi produzida ao longo do segundo semestre de 2023 por integrantes do CNDI, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento e composto por 20 pastas, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 21 entidades da sociedade civil, do setor produtivo e dos trabalhadores.

Na minuta, o governo detalha programas e instrumentos para perseguir as seis missões estabelecidas pelo CNDI (confira no quadro acima) ainda no ano passado.

Para cada uma delas, a nova política elaborada pelo governo traça metas até 2033. Prevê, por exemplo, aumentar a participação do setor agroindustrial no **PIB** agropecuário para 50% e alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de pelo menos 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional.

Para a missão "verde", o Executivo quer reduzir em 30% a emissão de CO<sub>2</sub>, por valor adicionado da indústria, e aplicar em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes.

Por fim, aumentar o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano. Transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras e obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa também estão entre as metas citadas.

Os objetivos

AS SEIS MISSÕES ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética.

Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde.

Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade.

Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades.

Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras.

Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.

-

Recursos do BNDES entre as estratégias

Entre os meios financeiros para alcançar os objetivos traçados na nova política industrial, o governo federal lista as atividades do BNDES, da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Também cita o Plano de Transformação Ecológica liderado pelo Ministério da Fazenda.

A minuta ainda aponta diversas estratégias específicas para "impulsionar" a indústria, como a regulamentação da nova Lei de Licitações, de 2021, e a implementação do Mercado Regulado de Carbono - já em discussão

no Congresso Nacional. Cada missão também tem instrumentos específicos. No caso do agro, por exemplo, o governo quer promover a racionalização das taxas portuárias e impulsionar o crédito não financeiro nas cadeias produtivas.

Sobre ações para a área de infraestrutura e mobilidade sustentável, a minuta lista a retomada das exportações de serviços e a racionalização de encargos setoriais sobre energia elétrica, entre outras ações, como a recomposição da força de trabalho das agências reguladoras. Na área de defesa, o governo reforça seu plano de colocar de pé um novo Sistema de Apoio Oficial à Exportação, que hoje sofre por falta de sustentabilidade financeira.

Em relação à indústria automotiva, o objetivo é que, até 2030, o Brasil avance como hub global de desenvolvimento e produção de veículos elétricos e híbridos, com ênfase nos combustíveis alternativos. Para isso, o Executivo conta com projetos como o Mover (o novo Rota2030), a retomada do imposto de importação sobre veículos eletrificados e um programa de nacionalização progressiva para baterias, por exemplo.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240122&edicao=29750>

# Frente crítica nova política industrial

(Renato Machado/Folhapress)

Brasília A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) criticou a nova política industrial do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), argumentando que é baseada na repetição de um modelo petista do passado que não trouxe bons resultados. O presidente da frente, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), a chamou de "nova política velha".

De acordo com o governo federal, a nova política foi elaborada após constante diálogo com o setor produtivo e segue as experiências mais modernas para impulsionar as indústrias nacionais, a exemplo dos Estados Unidos e da União Europeia. Diz ainda que as medidas vão resultar em melhora na vida da população, gerar mais empregos e maior competitividade da indústria nacional.

O Nova Indústria Brasil, plano do governo que pretende impulsionar o setor pelos próximos dez anos, será lançado hoje, no Palácio do Planalto. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, entrega o plano de ação ao presidente.

Foram traçadas metas e diretrizes até 2033 a partir de seis missões, ligadas aos setores da agroindústria; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital; bioeconomia; e tecnologia de defesa.

O poder público, de acordo com o plano, é o indutor central do desenvolvimento da indústria, com o uso de linhas de crédito, subsídio e exigências de conteúdo local para fomentar empresas nacionais. Essas políticas foram empregadas em outros governos petistas e criticadas por economistas.

A crítica agora ganha um novo contorno, considerando o esforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para evitar déficits orçamentários. Passarinho afirmou que o plano apresenta uma "grande contradição", considerando a disposição da equipe em aumentar a arrecadação federal. "É uma nova política industrial velha ou uma velha nova política industrial. Tudo isso já tentaram lá trás, e não deu certo", afirmou.

"Tudo c fomento público,

é financiamento público, seja BNDES, sejam outros bancos públicos. Há uma contradição, porque o governo diz que precisa de dinheiro, quer cobrar mais

impostos das indústrias e ao mesmo tempo quer dar financiamento para elas. É melhor tirar a carga tributária, aí não precisa dar incentivo para nada".

'Modernidade'

Modelo é defendido pelo BNDES

O diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES, José Luís Gordon, afirmou que a nova política industrial do país está "ancorada no que existe de mais moderno" para estimular o setor. Ele rebateu as críticas sobre o papel central do poder público, afirmando que o modelo é o adotado por outros países desenvolvidos.

"O papel do Estado é fundamental para o processo, como tem sido feito nos EUA", afirma ele ao citar o Ato de Redução de Inflação, com mais de US\$ 390 bilhões voltados para melhorias ambientais, diminuição de custos na saúde e aumento de impostos.

Exportação

Frente. Passarinho ressalta as medidas para fomentar as empresas na questão da exportação, mas rechaça outro ponto, que busca financiar atuação delas no exterior, por gerar evasão de impostos e empregos.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Jovens 'nem nem' afetam o volume do PIB nacional

**João Freitas**

Ingressar no mercado de trabalho é uma missão espinhosa para os jovens.

Sem a experiência e o conhecimento dos profissionais de outras faixas etárias, este perfil tem mais dificuldades para conquistar oportunidades de emprego e muitos acabam caindo no grupo dos "nem-nem" - pessoas em idade produtiva que não trabalham e nem estão matriculados em uma instituição de ensino. Além da precarização do mercado, o cenário traz prejuízos à economia.

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que, em 2022, os jovens deixaram de contribuir com R\$ 46,3 bilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ainda conforme a entidade, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre população jovem e salários médios registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é possível estimar que cada aumento de R\$ 1 na renda média dessa faixa etária teria um impacto significativo de R\$ 1,6 milhões no **PIB** nacional e o efeito também se manifesta para os próximos anos.

De acordo com o economista Felipe Tavares, o Brasil está perdendo capacidade produtiva, já que a força de trabalho dessa parcela, correspondente a 36% da faixa etária mencionada, tenderá a ser menos produtiva nos próximos 50 anos. Atualmente, são quase 11 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos em situação de inatividade.

O quadro retrato da insatisfação mútua entre empregadores e candidatos às vagas. Se para as empresas, a pouca bagagem é entrave para contratar jovens, para os concorrentes, as oportunidades sem perspectiva de crescimento e com remunerações abaixo das expectativas forçam a migração deste público para outras alternativas, como prestação de concursos públicos.

Formado em Direito há dois anos, Gustavo Campos está livre no mercado desde outubro de 2023.

Sem se interessar pelas propostas, ele decidiu investir o tempo livre nos estudos para concursos públicos.

"Além de bons salários, as carreiras como servidor oferecem uma carga horária menor, estabilidade, progressão de cargos, planos de aposentadoria, entre outros benefícios para curto, médio e longo prazos".

A rotina em meios aos livros, tablets e computadores é pesada e o concurseiro relata que a carga de estudos varia de 8 a 10 horas por dia intercalados entre leitura de conteúdos, aulas on-line e resolução de exercícios. "Também é importante ter intervalos de lazer para descansar e arejar a mente. O dia a dia nem sempre é fácil porque os resultados não vêm de forma imediata, mas é preciso tranquilidade para não desistir e seguir firme em busca do sonho".

Abrir um negócio é uma solução

Da Redação

Outra solução procurada pelos jovens para suprir a falta de boas oportunidades de trabalho é o empreendedorismo. Foi o caso de Grazielly Monteiro, proprietária da G'G Temperos Artesanais.

Graduada em psicologia, ela conta que a ideia de ser dona do próprio negócio surgiu em 2021 como uma ação emergencial para complementar renda em meio a um problema de saúde.

No entanto, os resultados foram evoluindo mês a mês, o que levou o seu companheiro a abandonar o modelo convencional de trabalho para se dedicar exclusivamente à empresa.

"Praticamente triplicamos de tamanho nestes 3 anos e a meta, agora, é a construção de um espaço maior para atendimento ao público e aquisição de maquinários para aumentar a produção e as vendas", projeta Grazielly. (JF)

Curso técnico encurta o caminho

Da Redação

Para driblar a falta de conhecimento e experiência, muitos optam por investir na realização de cursos técnicos para conseguir emprego. No entanto, 2/3 das pessoas entre 15 e 29 anos em Mato Grosso e no restante do país têm enfrentado dificuldades em função da falta de oferta de qualificação profissional.

De acordo com o estudo "Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras", os cursos oferecidos atualmente não estão sintonizados com as demandas das vagas disponíveis.

Conforme os responsáveis pelo levantamento, a promoção de formação em carreiras que tenham projeção de crescimento nos próximos anos é vital para o futuro dos jovens. Capacitações técnicas e os cursos de nível superior agregam valor especialmente em programas de estágio e trainee, que vão facilitar a inclusão do jovem no ambiente profissional.

"O aprendizado teórico é importante, mas quando se trata de uma vaga de trabalho, é fundamental ter vivências práticas.

As principais alternativas para adquirir bagagem são ações voluntárias e atividades extracurriculares nas quais os candidatos têm contato com a estrutura organizacional de uma determinada empresa", diz o especialista em recursos humanos, Jerusa Rocha. "Embora não sejam remuneradas, essas ações dão peso ao currículo e pode ser o diferencial na hora da escolha".

Ser empresário tem vantagens

Da Redação

As razões que levam o jovem a apostar no empreendedorismo estão ligadas, fundamentalmente, à possibilidade de controlar o próprio negócio e trabalhar com a área desejada, horários mais flexíveis e à busca por ganhos maiores.

"Essas são condições importantes no atual mercado de trabalho, assim como dresscode mais inclusivo e outras jornadas de trabalho", analisa o economista Felipe Tavares.

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso (Sebrae-MT), o estado tem quase 84,8 mil empreendedores com, no máximo, 26 anos. O indicador corresponde a quase 22% das empresas de pequeno porte.

Especialistas entendem que o cenário para a atividade poderia ser mais favorável se não fosse as conjunturas do panorama macroeconômico, com restrição de crédito no mercado, e menos consumo e dinheiro circulando na economia. "Crédito para capital de giro nem se fala, está insustentável", diz o empresário Lucas Gilbertoni. (JF)

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>